

## Entrevista com Maria Amélia de Almeida Teles

Cristina Buarque de Hollanda

### **Maria Amélia de Almeida Teles**

Maria Amélia de Almeida Teles é feminista e militante de direitos humanos. Entre outras funções públicas que desempenhou depois da redemocratização, foi assessora da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva.

### **Cristina Buarque de Hollanda**

Professora do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

E-mail: [cristinabuarque@gmail.com](mailto:cristinabuarque@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1600-4044>

[Conversei com Amelinha Teles em duas oportunidades. A primeira delas, em julho de 2015. E a segunda, praticamente quatro anos depois, em junho de 2019. Fui recebida por ela na cidade de São Paulo, numa casa que é também espaço de militância. Um “aparelho”, como a própria Amelinha define, possivelmente com o mesmo espírito da casa de sua infância, quando seu pai, um homem que “amava a liberdade”, abria as portas para receber grupos políticos com as mais distintas vocações. A primeira conversa girou sobretudo em torno da experiência dela na Comissão Rubens Paiva, da Assembleia Legislativa de São Paulo, e também das suas críticas à Comissão Nacional da Verdade. Era um fase em que meu interesse de pesquisa estava sobretudo voltado para o fenômeno *sui generis* de proliferação de comissões da verdade no Brasil. No segundo encontro, o escopo da conversa foi mais amplo. Pedi que ela começasse do começo. Voltamos aos anos 50 e aos primeiros passos da sua militância política. Para trazer esse material a público, achei que faria sentido, fazê-lo de trás para frente. Quer dizer, inverti a cronologia das entrevistas para preservar a cronologia de sua biografia. O leitor terá mais elementos a primeira entrevista depois que tiver lido a segunda.

**Primeira Parte:**  
**São Paulo, 26 de junho de 2019.**

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Eu dei um depoimento na campanha eleitoral [para presidência da República, 2018], não sei se você viu...

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Sim, eu vi e vi também que houve muita *fake news* a partir do seu depoimento.

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Muita ameaça e ao mesmo tempo muita solidariedade. Eu recebi os dois lados. As ameaças amedrontaram a todos. As meninas vinham dormir aqui para não me deixar sozinha. Fizeram toda uma movimentação de apoio. Mulheres que fizeram isso. E mulheres anônimas. Foram essas que me deram mais apoio. Depois que o [Jair] Bolsonaro ganhou as eleições [em novembro de 2018], muita gente quer saber como foi a ditadura militar de 64.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Você tem a impressão de que agora, com a vitória do Bolsonaro, os jovens têm mais interesse pelo período da ditadura?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Muito. Eu vou muito a escolas para falar com crianças e adolescentes sobre o período e muitos deles me agradecem e falam que seus familiares são defensores do Bolsonaro e que dizem que sou uma pessoa muito ruim, do mal. Muitos dizem que nem sabiam que tinha havido ditadura. A criança vem falar isso comigo. Essas pessoas que difamam os outros estão cumprindo o papel mais pernicioso e perverso da história que é o de tergiversar a história, distorcer os fatos e pregar a mentira, o negacionismo, um revisionismo no sentido de trazer a mentira à tona como verdade. Eles repetem a mentira para que ela se torne verdade. É o raciocínio da propaganda do Hitler. Tem escola que me chama e avisa os pais, e muitos pais são contra e nem deixam seus filhos participarem do evento. Outros são contra, mas mesmo defendendo o Bolsonaro deixam seus filhos participar. Na medida do possível, eu vou.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Você assumiu essa função de esclarecimento público sobre a ditadura?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

É. Eu me sinto na obrigação. Toda essa luta da qual eu participei, eu participei não só em favor do povo, mas junto dele. Muita gente me apoiou a vida inteira. É injusto eu morrer com essa história para mim e não contar para as pessoas; é injusto com a sociedade. Se eu sou uma sobrevivente hoje, é porque eu tive muita solidariedade e muito apoio. Para eu dar a volta por cima, muita gente me ajudou e me tirou do buraco. Eu às vezes nem sei quem me ajudou. Eu tenho que reconhecer isso. Muita gente fala mal do povo e da sociedade. Mas são essas

peças que nos ajudam na hora do aperto. Às vezes nem dispõem de um repertório político de quem está habituado a organizar-se politicamente com o qual estamos acostumados, mas são pessoas que têm sentimentos e por isso entendem uma luta. Não se faz nenhuma luta se não houver sentimento, afeto, solidariedade.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

São ações invisíveis.

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Estão no dia a dia e ninguém valoriza.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Você podia me contar como começou tudo? O seu envolvimento com a luta armada?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Meu pai era operário, o que me fez ter vivido em vários lugares. Aonde tinha trabalho, ele ia. Eu vivi em muitos lugares do triângulo de São Paulo, Minas e Rio por causa disso. Como ele era operário o sindicato o chamou. O principal lugar aonde meu pai se tornou um político de esquerda foi no porto de Santos, que era considerada a cidade vermelha, era a cidade revolucionária. Eu lembro disso desde a minha infância.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Seu pai era envolvido com política por via do sindicato?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Isso. Com isso ele tinha muito contato com trabalhadores homens, com quem mais tive contato durante este período. Às vezes os policiais chegavam no meio da reunião na nossa casa. O meu pai até me pedia para avisar quando aparecessem para que eles pudessem se adiantar, saindo por trás da casa, pulavam o muro e saíam do outro lado da rua. Daí quando a polícia chegava à procura dos sindicalistas organizados em reunião eles não encontravam ninguém. Achava apenas as crianças da vizinhança. Essas são as primeiras experiências – já de esquerda e de oposição – que eu tive com a política. Eu cresci com essa ideia de que o Estado era capitalista e estava contra o povo. Eu ouvia o discurso e via na prática. Meu pai me indagava por que eu ia para escola enquanto outras crianças estavam na rua. Ele me mostrava a injustiça e a desigualdade do mundo. Eu aprendi a olhar para as pessoas com o meu pai; ele fazia muito esse exercício. Tanto é que meu pai morreu sem nada. Ele era um homem inteligente, mas nunca teve nada na vida. Se ele tivesse alguma coisa já distribuía para todo mundo. Ele nunca foi de conservar para ele aquele dinheiro a mais que ele recebia.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

E sua mãe?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

A minha mãe já era mais reservada. Ela nunca discordou da política de esquerda, mas ela achava que não valia a pena dedicar-se a isso, que devíamos nos dedicar a nós mesmos e

sermos mais cuidadosos porque nem Estado nem política nos daria nada. Minha mãe já tinha uma formação diferente daquela do meu pai. Eu fui de partido durante 27 anos da minha vida. E não tenho arrependimento de ter sido. Fui de partido antes, durante e um pouco depois dos 21 anos de ditadura. Mas acho que o partido limita um pouco a nossa visão em termos de raciocínio.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Por quê?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

O partido teve um valor muito grande na ditadura, em que não se podia se manifestar, havia censura e repressão e por isso ele te fortalecia. Mas na democracia eu acho que ele tem sido um prejuízo. Eu vejo as pessoas se envolverem politicamente, entram num partido aí parece que entraram para uma seita. Elas ficam muito limitadas e os partidos só pensam em eleição. Eu acho estranho pensar só em eleição; acho que partido político devia ser uma escola. Uma escola política, aonde se aprende e estuda com outras pessoas. Pode até ter um departamento eleitoral, mas não pode ser esse apenas o foco principal. A nossa disputa só se dá eleitoralmente. Tem que haver uma disputa nas bases, de discussão, de aprendizado, de festa, de reuniões. Menos quadradas, que sejam abertas. Eu acho muito importante o diálogo. Ao mesmo tempo em que fui do partido e tive essa orientação política do meu pai, eu vivi num tempo muito especial. Eu nasci depois do Estado Novo – quer dizer, depois da ditadura de Vargas [1937-1945]. As primeiras impressões políticas que tenho é que a ditadura é muito ruim e temos de lutar pela democracia. Eu vi na prática. Pude acompanhar o fim da II Guerra Mundial, o qual tanto discuti.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

O que você lia, Amelinha? O que chegava até você?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Tinha uns romances do povo. Coleção dos romances do povo. Era em português e espanhol. Na minha adolescência eu já lia muito espanhol, mesmo sem ter estudado a língua eu tinha este hábito. Eu aprendi assim. Esses foram os principais romances que li. Depois, no partido, eu já li livros de análises políticas do que foi o nazismo, o Estado Novo, era mais nesse sentido. Eu fui para a escola pública e eu tive uma sorte de que a minha escola era muito democrática metodologicamente. As escolas públicas eram muito boas e por isso eram para as pessoas ricas, eu era uma das exceções como aluna pobre da escola. A minha escola foi feita pelo Oscar Niemeyer.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Aonde era sua escola?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Em Belo Horizonte. Hoje ela perdeu até a arquitetura por conta da ditadura. A ditadura fechou escolas, colocou muros. Eu estudei numa escola que não tinha muros e tinha aquelas colunas de cimento. Em baixo só tinha a reitoria – como chamavam a diretoria, o que mostra como a

escola pública era elitista. Eu lembro da gente subindo a rampa e o professor dizia que queria falar. Ele era o reitor da escola, se chamava José Newton Cardoso. Nós começamos a vaiá-lo. Nós fazíamos muito protesto dentro da escola, tudo era protestado! Porque rico tem essa vantagem: protesta contra tudo! E o pobre ficava só olhando! Eu aprendi com os ricos, também! Eu aprendi muito a polemizar.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Como foi que você chegou a esta escola?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Foi duro. Foi trabalho da minha mãe, que me queria na melhor escola. Minha mãe achava que isso era garantia de emprego. Essa era a maior preocupação dela e isso eu gosto nela! Eu nunca fiquei sem trabalhar. Sem salário não dá para ser independente.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Ela conseguiu essa vaga na escola para você?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Ela me deu as dicas, porque para ingressar naquela escola era necessário fazer um exame de admissão que era difícil. Eu me preparei um ano inteiro: cálculo, conjugação de verbos, gramática, história do Brasil, geografia, ciências naturais. Havia prova escrita e oral.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Nessa escola você começou algum envolvimento com atividade política estudantil?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Na escola eu comecei a ver que tinha muitos alunos politizados, mas não era a política com a qual eu concordava. Tinha gente da Igreja Católica (que era muito forte), de onde se forma a Ação Popular, havia aqueles mais ligados aos comunistas, que era mais a minha tendência e formação. Tinha muita gente da cultura. Na escola que eu estudei, a Elke Maravilha também foi estudante. Eu fui colega dela, que era uma mulher muito culta – linda, culta e louca, tudo junto! Muito inteligente. O pessoal ligado aos comunistas era muito elitista, algo que sempre me incomodou e com o qual eu sempre tive as minhas diferenças. A gente tinha liberdade para debater livremente nas escolas.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Isso era em que ano?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

1955 a 1963.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Você esteve nesta escola o tempo todo?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Eu estive por bastante tempo, fiz uns oito anos de debate. Numa escola em que se debatia ideias. Eu vejo que as universidades estavam num processo semelhante com as políticas de cotas. Entrava muita gente das classes sociais pobres, que se encontravam com as classes médias e se fazia um debate mais amplo. E eu tive essa oportunidade na minha escola, que foi o que me deu segurança para o resto da vida. E depois dessa experiência eu fui viver a ditadura, a clandestinidade, que é um peso muito grande, mas que me dava muito segurança eu ser do partido. Eu era do Partido Comunista Brasileiro, que depois rachou e eu fiquei no PC do B [*Partido Comunista do Brasil*].

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Você já estava no partido quando veio o golpe?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Estava. Porque nesta escola eu fiz excursões e a ala jovem do partido me chamou para ingressar. Meu pai estava muito ligado a sindicatos, mas não ligado a partidos. Na minha casa não tinha reunião religiosa, mas tinha muita reunião de sindicalistas: trotskistas, maoístas, brizolistas, tinha tudo quanto era tendência. Todos se reuniam lá e meu pai dividia reuniões com aquelas tendências dentro da minha casa e comiam o que a gente comia – almoço, lanche e café. Todos eram camaradas. Eu já era do partido à época do golpe e meu companheiro era ferroviário, ele quem fez o sindicato dos trabalhadores ferroviários de Minas, ele era presidente do Sindicato dos Ferroviários de Minas Gerais. Meu pai foi preso logo nos primeiros dias. Meu pai era o cara DA liberdade – trabalhador e defensor da liberdade.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Ele era de que setor?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Ele era estivador portuário e depois foi para a ferrovia. Foi lá que eu conheci o meu companheiro que se tornou o meu marido. Nós fomos casados até ele morrer em 2015.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Eu sinto muito. Quando nós conversamos pela primeira vez, em 2015, ele estava doente.

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Meu pai foi logo preso. Quando nós achamos meu pai, ele estava quase cego e com o braço quebrado. Meu pai nunca foi muito de organização, tanto é que tratava bem com todas as organizações e tendências. Depois eu fui entender meu pai. Ele se dizia comunista, mas não o era. Ele não era no fundo. Ele talvez fosse anarco-comunista e uma pessoa que tinha verdadeiro amor à liberdade; ele não suportava nada que cheirasse a ditadura, a perseguição.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Ele tinha vivido a ditadura do Getúlio na fase adulta.

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Ele não foi preso na ditadura do Getúlio, mas achava aquilo um horror: as perseguições, a censura. Ele contava para nós que se alguém contasse para a polícia que você desligou o rádio na transmissão da Hora do Brasil, os agentes do aparelho repressor prendiam. Quando o Getúlio morreu, eu tinha nove anos de idade e eu lembro dos vários sentimentos que este fato despertou, porque o Getúlio é muito famoso, né? Ele foi um ditador famoso, não é como esses militares que não tinham um discurso. O Getúlio sabia falar. Minha avó era gaúcha da cidade onde nasceu o Getúlio [São Borja] e ela o conheceu pessoalmente.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Você se refere à avó que era mãe do seu pai?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Sim. A mãe da minha mãe era bem conservadora, bem de extrema-direita. Um horror. Ela era europeia e muitos dos que vieram para cá passaram fome e muitos deles chegaram aqui e achavam que nós, brasileiros, éramos um bando de vagabundos e que eles estavam sustentando o Brasil.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Ela era de que país europeu?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Da França. Mas a minha avó paterna admirava o Getúlio Vargas, mesmo ele tendo sido um ditador, mas acho que ela não tinha cabeça política, não. Meu pai não gostava da ditadura. Quando teve a volta do Getúlio o meu pai fez campanha para ele. E ele o fez convictamente, ele dizia que o Getúlio havia nos dado a CLT [Consolidação das Leis do Trabalho], direito dos trabalhadores, falava para o povo no primeiro de maio. E eu gostava, porque aos nove anos eu gostava do que o meu pai gostasse. Quando o Getúlio morreu eu vi o povo dividido pela primeira vez na vida, entre os que eram a favor e contra o ex-Presidente. A minha avó paterna se estivesse viva teria chorado a morte do Getúlio. Meu pai defendeu o Getúlio quando os comunistas o defenderam pelos direitos dos trabalhadores. Foi uma divisão como a do Bolsonaro e [Fernando] Haddad na eleição: muito acirrada. Você era xingada se defendesse o Getúlio, houve quem abrisse garrafão de vinho para comemorar a morte do Getúlio, inclusive a minha avó materna foi uma dessas pessoas. Isso tudo faz parte da minha formação. Mas eu aprendi a ouvir os lados.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Imagino que você tenha sido influenciada por esta visão do seu pai sobre a defesa da liberdade.

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Sim, a luta política como luta pela liberdade que, por sua vez, implica a justiça também. É muito injusto fazer as pessoas calarem a boca.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

E quando foi que você se aproximou da militância feminista?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Eu sempre gostei de política e quando ia conversar as meninas saíam de perto, desinteressadas. Eu sempre fui apaixonada por futebol também, o que não despertava muito interesse das mulheres e me obrigava a falar mais com os homens. Então eu fui para o partido e lá se falava muito em igualdade e justiça. O partido falava mais em igualdade do que em liberdade. E eu ficava incomodada porque na reunião eu olhava para os lados e só via homens. Aí eu perguntava para os homens sobre esta ausência, que pareciam me enrolar na resposta. Eram pouquíssimas mulheres naqueles anos de 1960 a 1963. Depois tem o golpe.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Anos depois as mulheres assumem um protagonismo na luta pela anistia.

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Eu faço uma análise sobre isso. As mulheres tiveram uma mudança muito significativa em suas vidas e nas relações humanas na ditadura porque veio o anticoncepcional, que nos deu uma autonomia na decisão de ser ou não mãe. Eu me lembro bem da minha juventude: as meninas com muito medo de fazerem sexo e ficarem grávidas. Esse era o grande medo e ter de fazer aborto de qualquer jeito. Eu tive colegas que fizeram esse tipo de aborto – as pobres né, porque as ricas sempre deram um jeito. Não me lembro de ver rica sangrando, mas as pobres eu via. Isso foi uma grande diferença. A outra foi a mudança do campo para a cidade. Como o governo militar não fez reforma agrária, o povo foi expulso do campo e obrigado a ir para as cidades, que vão inchar de favela e de periferia neste período por conta deste processo. O Brasil na ditadura tinha a intenção de ser o grande país da industrialização, tinham a pretensão de ser o maior parque industrial. Isso alterou muito a vida das mulheres porque muitas foram trabalhar em fábricas. Acho que não se compara a outros períodos como o começo do século, e outro ponto é que foram trabalhar em condições diferentes, porque elas não podiam ter muitos filhos ou não ter filhos. Tanto é que houve uma queda enorme de natalidade no período da ditadura. Não só por interesse das mulheres, mas porque eles fizeram uma política controladora que vai ao encontro das mulheres não terem filhos. Os seus corpos foram manipulados – com o excesso de hormônios e de certo modo foram cobaias das indústrias farmacêuticas – mas, por outro lado, elas não queriam ter filhos. Foi fácil para eles o controle da natalidade, tanto é que ninguém denuncia isso no período da ditadura. Do meio acadêmico, a pesquisadora que deu grande destaque a isso foi a Elza Berquó, que foi da UNICAMP, que hoje deve ter quase cem anos. Ela quem denunciou com dados. Nós vamos denunciar repercutindo a pesquisa dela. Então, nós vamos para o mercado de trabalho, não tem mais aquela grande família, agora a família é muito menor e você percebe que suas vizinhas estão vivendo o mesmo contexto. Antes você podia contar com sua mãe, irmã, tia ou mesmo a vizinha que é madrinha e esta referência se perde, o que torna as mulheres muito mais autônomas. A falta de escolarização básica impedia que as mulheres conseguissem promoção nas fábricas, então essa preocupação com os estudos também cresceu. Hoje a maioria das estudantes das escolas são mulheres, principalmente nas escolas ditas femininas. Essa alteração concreta e objetiva na vida das

mulheres traz uma outra consciência política. Eu vivi e percebi isso muito claramente em 1968, mesmo estando na clandestinidade. Há uma revolução sexual. As mulheres faziam questão de não serem mais virgem. Eu lembro do caso de uma colega porque eu sempre vivi na clandestinidade.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Desde o começo?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Desde 65, um ano depois do golpe.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

E você foi para onde?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Eu fui morar no Rio. Essa minha colega tinha 22 anos e era estudante, não vou dizer o seu nome porque não sei se ela aceita ser publicizada na sua história. Eu não concordo muito com essa recusa porque a alegação é de que a história pessoal pode ser torcida, mas a nossa memória não é perfeita. Não narramos exatamente como aconteceu, quando eu conto eu registro o que eu me lembro e quem ler vai transmitir uma nova interpretação. Não acredito na possibilidade de perfeição, o processo da História é esse. O mesmo ocorre com os documentos históricos também. Retomando o caso da minha colega, toda vez que ela contava que era virgem tiravam sarro dela, daí ela resolver não ser mais. Aqui em São Paulo tinha um grande ator e dramaturgo. Ele era tudo: jornalista, vendedor dos livros que ele próprio escrevia. Seu nome era Plínio Marcos. Eu acho que ele tinha o mesmo nível do Nelson Rodrigues, mas talvez não tão famoso porque o Nelson nunca ficou em porta de lugar nenhum para vender ingresso, livro ou jornal. Ele fazia programa na TV e ia com seu chinelinho de borrachas vender a sua arte. Ele ia muito à PUC [Pontifícia Universidade Católica] vender seus livros. Ela sofria o que chamamos hoje de *bullying* por causa da sua virgindade. E ela escolheu esta pessoa para dormir com ela e perguntou-lhe. Mas ele recusou. Como ele próprio vendia os livros dele a gente pensava que ele ia topar qualquer coisa nas questões sexuais! Para você ter uma ideia do quanto mudamos. Nós tivemos uma liberdade sexual que essa turma hoje não tem, porque veio a AIDS, um fundamentalismo muito forte que não tinha naquele tempo. Mas a gente conseguiu romper com tudo isso.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

E como foi a entrada das mulheres na política?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Eu via mulheres por todo o lado. Nós víamos mulheres recusando o pedido de um homem quando numa reunião pedia para preparar o café e começamos a fazer o mesmo, por exemplo. Começamos a reivindicar espaços, lideranças.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Você está se referindo ao partido?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Sim. Eu aprendi muito dentro do partido, porque falava-se tanto em igualdade e esse comportamento existia lá dentro. Logo depois eu fui presa e dentro da prisão você vê o quanto que a sociedade é patriarcal. A tortura tem esse viés: aplicada predominantemente por homens – depois eu descobri que há mulheres torturadoras também. A maneira de torturar a mulher é distinta daquela aplicada nos homens – o estupro é mais comum entre as vítimas mulheres, não que os homens não tenham sido. Então eu aprendi que a vida tem muito mais contradição do que os livrinhos do partido indicam, a vida é muito mais complexa.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

O partido não tratava desta questão feminina, imagino.

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Não. O trabalho doméstico, sexualidade, abortamento forçado não eram assuntos tratados no partido. Eu escrevi sobre tudo isso. Eu mesma fui estuprada e nunca falei sobre isso. Quando eu saí da prisão eu fui tentar falar sobre isso e um companheiro veio me procurar para saber como é que tinha sido a prisão e as torturas e aí eu contei para eles que tinha sido estuprada. E o conselho que eu recebi dele foi de nunca falar isso para ninguém que só iria me desmerecer e não dariam importância. E que eu teria denúncias muito mais importantes para fazer como a do assassinato do Carlos Nicolau Danielli, do qual fui testemunha junto da minha irmã e do meu marido, o sequestro dos meus filhos, as torturas a que eu fui submetida. Mas, pensando bem, todas as torturas a que eu fui submetida eram sexuais. Te arrancam a roupa, te dão choque na vagina e no ânus por ser numa mulher, entendeu? Mas como não fica bem falar sobre isso o companheiro me pediu para não falar disso. Não sei se ele tinha razão, mas acho que tinha até certo ponto porque a sociedade não sabe lidar. Se você falar de todas as torturas que sofreu, todo mundo aceita. Mas se você falar de estupro, vão achar que você mentiu ou que você provocou, você que é culpada. E eu tinha denúncias muito sérias a fazer. Não que o estupro não fosse sério, evidentemente, mas eu tinha que falar do assassinato do Danielli, do sequestro dos meus filhos – porque ninguém falava das crianças. Quem falava das crianças eram as mulheres também.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Os seus filhos foram sequestrados por quanto tempo?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

A gente nunca sabe exatamente, porque num primeiro momento eles iam todos os dias ou quase todos os dias no DOI-Codi/SP, mas eles ficavam num lugar. Em alguma casa de tortura que nunca conseguimos localizar e depois foram para a casa de um delegado.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

E eles ficaram morando na casa desse delegado?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Eu nunca fui à casa desse delegado, mas tinha uma edícula aonde eles deixaram meus filhos, não foi dentro de casa. Minha filha sofreu muito e sofre até hoje. Minha filha, meu filho, meu

sobrinho. A tortura não tem fim. E nós sofremos junto com nossos filhos. Ela era obrigada a levantar cedo e junto com a empregada fazer as coisas da casa e ela tinha cinco anos de idade. E eles falavam que eles podiam esquecer os pais deles porque eles eram terroristas e não gostavam dos próprios filhos. E minha filha ficava naquela dúvida. Ela foi forçada a amadurecer muito rapidamente; com sete anos ela menstruou e já tinha seios, teve de tomar hormônios para ajustar esse avanço precoce. E meu filho ficou para trás, retrocedeu enquanto ela foi forçada a amadurecer mais rapidamente. O meu sobrinho [filho de Crimeia de Almeida] ficou com muitos problemas também.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Amelinha, quando você saiu da prisão, você imediatamente retomou a militância?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Na medida do possível. Eu fui procurar emprego, o que é interessante porque eu nunca deixei de trabalhar. Eu já vendi pastel na feira, já fiz bala de coco, eu trabalhava na imprensa clandestina.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Antes de ser presa?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Antes de ser presa. Depois de ter sido presa, eu fui trabalhar na imprensa feminista e na chamada imprensa democrática ou alternativa, no Jornal Movimento.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Então você segue trabalhando e, na medida do possível, se envolve com a militância?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Sim. Tentando conseguir ludoterapia para os meus filhos e na militância, que eu nunca deixei. Eu sempre fiz a militância possível no momento, porque eu era muito seguida.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Quando você começa a se envolver com a luta pela anistia?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Sempre, desde o começo. Isso sempre foi o meu tema. Eu aprendi a falar da anistia no partido. O partido tinha um documento. As pessoas não acreditam, mas tem. Eu nunca fui na UNICAMP procurar, mas eu que fazia os documentos. Eu datilografava.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Você fez formação em jornalismo ou sua trajetória foi autodidata?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Não, não tive formação nenhuma. Eu sou bacharel em Direito, mas por conveniência, porque eu queria ter maiores ferramentas nas minhas lutas. É difícil lutar sem entender o direito, se

todos entendessem o direito veriam o absurdo que está acontecendo no Brasil. Por exemplo, o Moro conversar com Dallagnol sobre processo não cabe dentro do direito burguês, de uma democracia burguesa. Não estou falando nada de petismo nem esquerdismo, como eles gostam de falar. Com o direito burguês que temos disponível poderíamos ter muito mais direitos do que temos.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Você percebe que o direito é um instrumental para você e em que momento decide fazer o bacharelado?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

No final dos anos noventa, na época do projeto que fiz das promotoras legais populares. Esse ano vai ter o seminário do balanço dos 25 anos deste projeto, que é de educação popular em direito. Educação feminista popular para os direitos. Para que as mulheres conheçam esses mecanismos de produção de uma lei democrática, como foi o processo que culminou na Constituição de 88, em que foi a primeira vez na história da República em que se definiu a igualdade jurídica entre homens e mulheres. Está lá, no artigo quinto, tudo isso a gente discute com muitas mulheres. Eu acho importante.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Esse projeto é ligado a que instituição?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

À União de Mulheres de São Paulo, em parceria com muitas outras.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Ela funciona aqui? Aqui também é a sua casa?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Eu moro aqui nos fundos. Eu sempre morei em aparelhos, onde ocorrem muitas reuniões por tudo quanto é lado. Minha casa sempre foi assim, independentemente de qual regime a gente esteja vivendo. Na democracia, também as mulheres nunca tiveram muito espaço. A Dilma [Rousseff] pode não ser feminista, mas ela foi eleita por causa das feministas, porque quem batalhou para ter mulher na política foram as feministas. E essa luta faz anos. Quando a Dilma vai para a política, o que os homens fazem com ela?! Uma aberração, um massacre, uma barbaridade. É um absurdo o que eles fizeram com a Dilma. Esse governo que está aí – que fez parte do golpe – é inteiramente misógino e até o PT [Partido dos Trabalhadores] é misógino, porque não deu apoio à Dilma. Eles dão apoio ao Lula. Todo machista é burro porque se hoje estão atacando uma mulher, na hora que derrubaram a mulher, quem iam atacar?! O homem. Foi de uma burrice não perceber que eles iam chegar ao Lula, porque ele é o cara. Não tinham que ter deixado chegar à mulher. Eu vi outro dia a entrevista do Lula e ele faz críticas à Dilma. Claro que eu sou solidária ao Lula, ele é um preso político, sem dúvida nenhuma. Está comprovado. O Ministério Público Federal e o Judiciário fazendo acordos para ver como prendiam o Lula sem provas. Mas o machismo é presente. Eu sou feminista convicta. Todas

essas ideias e propostas libertárias são interessantes, temos de ouvi-las e entendê-las. Elas nos ajudam neste processo de resistência.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Depois da sua saída da prisão, você continuou a trabalhar em várias atividades ao mesmo tempo em que se envolvia com a imprensa alternativa e feminista, e como foi essa virada da ditadura para a democracia? Quando você se associa aos movimentos de familiares e se soma a esta luta?

17

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Eu sempre quis lutar, agora os familiares que me procuraram. Eles procuraram todo mundo que foi preso para ver se achavam notícia do seu morto ou do seu desaparecido. Porque o Estado nunca deu esclarecimento, então quem fornecia isso éramos nós mesmos. Foi assim que eu entrei em contato com os familiares. Já a discussão de anistia, já começou com a imprensa feminista.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Logo na sua saída da prisão você foi procurada pelos familiares?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Já fui. Em 74. Eles me chamaram para uma reunião na Cúria [Metropolitana de São Paulo], com o D. Paulo [Evaristo Arns], chamado Natal dos presos. As pessoas faziam discursos, eu ouvi o D. Paulo falar de anistia.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Que pessoas eram essas? Familiares?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

A maioria era de ex-presos. Eram homens. Mas uma mulher falou: Maria Augusta Capistrano. O marido dela, David Capistrano tinha desaparecido naquele ano, no dia 24 de março de 1974, se não me engano. Ela falava que era um absurdo ser esposa de um desaparecido porque você não sabe se é viúva, se é esposa. Eu lembro de ela me dizer que não sabia qual era o seu próprio estado civil. E me marcou porque nós ainda não usávamos o termo desaparecido.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Vocês começaram a usá-lo quando?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

A primeira vez que eu ouvi foi ali. Daí eu lembrei de um preso que ficou detido comigo no DOPS [Departamento de Ordem Política e Social] e dizia que também seria desaparecido, porque ele dizia que os policiais iam matá-lo depois da prisão e dizer que ele foi justificado pelos companheiros. E nunca apareceu o corpo dele mesmo. Edgard de Aquino Duarte. Tanto é que sou testemunha do caso dele. E vamos ficando vinculados aos familiares por meio destas histórias. Eu sou depositária destas histórias, me sinto obrigada a falar delas. Eu sou chamada

para ser testemunha em processos. E minha filha [Janaína Telles] é historiadora. Ela estuda justamente isso. Coitada porque estudar isso em tempos de Bolsonaro é triste.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Então essa relação entre familiares e ex-presos originalmente se estabelece porque vocês tinham essas histórias para compartilhar.

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Eu era de família de desaparecido também porque meu pai esteve desaparecido e depois foi encontrado.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Ele foi encontrado quando? Antes de você ser presa?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Ele foi sequestrado logo no início do golpe, em abril de 64 e ficou sumido até outubro. Ele ficou seis meses desaparecido. Na cadeia ele ficou também, mais tempo. Meu cunhado [André Grabois] é desaparecido – que era o marido da Crimeia [de Almeida] – era guerrilheiro, assim como ela. Eu sou mais amiga dos desaparecidos e das desaparecidas, mas também sou parente de alguns. Muitas vezes eu lutei representando amigos que são como familiares para mim. Eles tinham história. Se os parentes não tinham condições políticas e emocionais para estarem ali, eu representava desaparecidos que eram amigos. Cada uma dessas pessoas que existiu e deu exemplos e viveu conosco alimenta a nossa alma.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Naquela altura, os familiares já atraíam para sua luta pessoas que eram simpáticas à causa, mas que não eram diretamente afetadas pela ditadura? Ou, nesse momento, eram só pessoas que tiveram um parente ou sofreram algum tipo de perseguição pela ditadura que se mobilizava?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Tinha gente simpática à causa. Ou que conheciam a pessoa, ou se identificavam com a causa, ou eram advogados e viam o absurdo jurídico, ou pela religião, como o próprio D. Paulo. E depois a Therezinha Zerbini.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Como foi a sua aproximação com ela?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Ela foi presa política de outra época.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Mas vocês se aproximam depois.

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

O *Brasil Mulher* [veículo de imprensa feminista alternativa que circulou na segunda metade dos anos 70] me chama atenção, porque eu vi ali um caminho de lutar pela anistia e lutar pelas mulheres. Eu via o *Brasil Mulher* como imprensa feminista, mas a Therezinha Zerbini, não. Ela achava que o *Brasil Mulher* eram mulheres na luta pela anistia, e não pelo feminismo. Ela era radicalmente contra o feminismo. Tanto é que ela falava “movimento feminino pela anistia”. Nós perguntávamos: “por que não feminista?” E ela respondia que de jeito nenhum era feminista.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Foram muitas as mulheres que se envolveram nesta luta e que tinham esse tipo de postura abertamente não feminista?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Tinham muitas. Se o feminismo hoje não é bem-visto ainda, embora esteja no auge da disputa política no mundo inteiro. O Eric Hobsbawn dizia que o século XX foi das mulheres. Até essa grande mídia oficial que é tão reacionária defende o feminismo. Eu acho bom, tem gente que fica preocupada. Mas naquela época eu saía de casa com bandeira para o 8 de março na rua e os homens me xingavam, me mandavam ir para o tanque e me chamavam de vagabunda e sapatão. Eu sou muito paciente, às vezes retrucava dizendo qual o problema com sapatão?! Esses temas que a comunidade LGBT discute atualmente nós discutíamos lá atrás.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Você também discutia com as mulheres?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Sim, não discutia apenas com os homens, mas também com muitas mulheres.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Como é que vocês conseguiram trabalhar juntas tendo perspectivas tão diferentes?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Nós trabalhamos com muita divergência e houve momentos de rachas feios, em 80 e 81. De 75 a 79, foram quatro anos tensionados, de conflito permanente porque as mulheres eram contra o feminismo, muitas eram contra o aborto, ainda tinha umas que achavam que o aborto tinha de ser legalizado, mas não devíamos defender essa pauta agora porque lutávamos contra a ditadura e a Igreja nos apoiava. Sempre teve uma ala da Igreja Católica, a chamada ala progressista, que nos apoiou enquanto movimentos DE mulheres e de esquerda, não como movimento feminista, porque eram contra a legalização do aborto e a liberdade sexual, porque eles achavam que isso era libertinagem. Algumas alegavam isso e outras diziam que eram contra a legalização do aborto mesmo. “Mulher fica aí trepando e depois quer fazer aborto?!” Tinha mulher que falava assim conosco. Aliás, ainda tem hoje, entre as bolsonaristas, principalmente. Em 79, realizamos o I Congresso da Mulher Paulista, que foi um sucesso absoluto.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Você estava na organização?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Sim. Eu fui da organização de tudo isso. Eu ajudava na organização, era convidada a falar.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

A relação disso tudo com o partido a essa altura como era?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Com muito conflito.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Tinha problema você estar no movimento feminista e no partido? Isso era um problema para o partido?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

O partido em que eu estava [PC do B] me expulsou porque não aceitava o feminismo. Acho que eles não aceitam até hoje; acham que é coisa de pequeno-buguês, um desvio da luta de classes. Falavam cada absurdo comigo. Eu ouvi de dirigente comunista: "classe social operária não tem sexo e nós temos de defender a classe operária." E teve uma feminista que escreveu uma tese, a Beth Lobo, em que dizia que a classe operária tinha dois sexos<sup>1</sup>. Eu mostrei para eles esta obra e eles ficaram revoltados dizendo que a autora era trotskista, xingaram-na de tudo foi nome. Coisas que não tinham sentido para mim.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Você ficou no partido até quando, Amelinha?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Eles me expulsam em 1987.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Eles te expulsam?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Sim. Eu, a Therezinha [de Oliveira Gonzaga] e a [Maria de] Lourdes [Rodrigues].

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Como foi essa expulsão?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Foi uma coisa terrível, de pessoas fundamentalistas, que eles bem são. Eu nunca aceitei sair do movimento feminista, mas eles achavam que eu tinha que defender no feminismo as ideias deles. Por exemplo, veja se eu iria ao movimento feminista falar que o movimento operário não tinha sexo, que é o que eles falavam?! E eu não acreditava nisso. Tem o bolsonarismo que

afirma que a Terra é plana, que meninos vestem azul e meninas vestem rosa. Mas isso não é coisa nova. Os comunistas – que são chamados de revolucionários – nos anos 80, eles não aceitavam o feminismo.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

A expulsão do partido foi formal?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Em 84 nós fizemos o movimento das *Diretas Já*, chamado *Direitos e Diretas*, porque nós, mulheres, não tínhamos direitos nem às eleições. Foi um movimento muito bonito. Era mulher para tudo quanto era lado – reuniões, passeatas, comícios.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Vocês reuniram mulheres de movimentos feministas do Brasil todo?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Em 84 tinha mulheres do PT, do PMDB. Nós apoiávamos mulheres de todos os partidos e eles não suportavam, porque achavam que a gente tinha que levá-las para o Partido Comunista. Eles queriam números. Isso foi se tornando um problema entre o partido e nós.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Eram os homens que tinham essa postura no partido?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

A maioria, mas tinha duas ou três mulheres que eram contra o feminismo. Terríveis. Elas queriam ficar na direção, então precisavam ficar bem com os homens.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Elas tinham de sustentar a mesma posição que os homens para almejar os lugares que eles ocupavam.

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Eram ideias estapafúrdias. Eu conto com orgulho a minha expulsão porque ela faz parte da minha luta de defender as minhas ideias. Eles foram muito tacanhos. Nós defendíamos que as mulheres saíssem candidatas aos cargos públicos, achávamos que devia ter mulher na Constituinte e eles diziam que este argumento era manipulação nossa para que nós saíssemos como candidatas. Eu, Lourdinha e Terezinha. Eles não entenderam que nós éramos anarco-comunistas feministas! Não nos interessava sermos candidatas de alguma coisa institucional. Até defendíamos como estratégia, mas não era nosso sonho ser deputada, parlamentar, nada disso. Não era a nossa vontade; gostávamos de ser feministas militantes. Nos debates constituintes, fizemos a discussão do aborto. No processo constituinte, nós trabalhamos com muitas mulheres, foi uma coisa belíssima!

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

E essas organizações das mulheres te pareciam mais abertas do que o partido? Nelas era possível lidar com as divergências de uma maneira melhor?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Sim. Porque todas elas tinham problemas com seus partidos, isso era comum, assim como as mulheres que vinham da Igreja, que também encontravam divergência com os padres. O que eles não aceitavam nas respectivas organizações, nós fizemos a nossa pauta à parte.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Vocês tinham uma institucionalidade própria das mulheres?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Não. Nossa organização era bem espontânea. Mas nos reuníamos com frequência.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Não tinha um nome?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Coordenação 2 de março, coordenação das mulheres. Eram nomes variados.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Mas havia um núcleo constante nesses encontros?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Sim, tinha uma turma que sempre se encontrava.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Quem eram essas mulheres?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Se você for fazer uma análise do feminismo no Brasil em termos de organização, você vai encontrar: em 75-80, existe a necessidade de divulgar o feminismo em tudo quanto é campo. É preciso estudar o feminismo para ter argumentos para defendê-lo. O feminismo sempre se aproximou de várias bandeiras. Nós fomos da bandeira da anistia, que era considerada uma bandeira geral. Fomos contra o custo de vida. O tema da creche ficou em aberto – um imbróglio – sobre a questão se era feminista ou geral. 79 é um marco: houve duas convocações para comemorar o 8 de março – a nossa, das mulheres, e teve a das mulheres que chamaram para lutar pela anistia, como se fosse separado de nós. Só que o nosso teve duas mil mulheres e o delas teve cem.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

O “elas” a que você se refere eram as tais femininas não feministas?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Exato. Os partidos ficaram encantados com elas, mas quem carregava a massa era nós. Para as mulheres, o feminismo era mais atraente do que uma bandeira geral. Esse 1979 representou este marco. A partir de 80 a 85 nós vamos procurar organizações autônomas porque percebemos que os partidos não respondem às nossas necessidades. E os partidos vão querer dominar inclusive as organizações autônomas, porque eles veem que o feminismo é interessante e tem apelo popular. Vai ter problema com as organizações ligadas à Igreja também. Toda vez que se falava em feministas autônomas causava-se mal-estar para os correligionários do partido.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

E você viveu tudo isso dentro do partido. Imagino que tenha sido mesmo um momento difícil para você.

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Eu sempre vivi em momento difícil. Eu fico pensando qual foi o momento fácil que vivi!

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Vocês tinham envolvimento com essas bandeiras gerais – anistia, constituinte, Diretas – ao longo do final dos setenta e começo dos oitenta. Em relação ao tema dos mortos e desaparecidos nesse período, que tipo de atuação foi possível? Foi sobretudo pela via judicial se não estou enganada, não é?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Tentativa pela via judicial, mas sempre fizemos debate também, ato público.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Você comentou há pouco que, em 74, pela primeira vez, você ouve a palavra desaparecido. Pouco depois, a expressão *desaparecido político* se torna uma bandeira.

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

A dona Zita [Elzita Santa Cruz, mãe de Fernando Santa Cruz], que faleceu hoje, sempre usava esta expressão: “aonde está meu filho, que é um desaparecido político?”

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Em 1996, a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos incorporou esta expressão.

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Essa categoria ninguém nunca incorporou. No feminismo nós trazemos tudo isso, com dificuldade. Porque quando juntamos muitas mulheres feministas, muitas delas achavam que desaparecido não era assunto importante para elas. E quando vamos aos familiares e ex-presos e levamos o assunto do feminismo, eles acham que o feminismo não lhes é importante. Sempre tive que andar com uma perna em cada canoa. Mas para mim é a mesma luta. Elas fazem parte da mesma falta de liberdade. Para mim, tudo tem o mesmo chão. Mas existe essa dificuldade de conciliar. Eu sou uma feminista familiar de desaparecido político e por vezes não encontrava

o meu lugar enquanto militância, porque eu não possuo parentesco sanguíneo com desaparecidos. Isso faz com que muita gente me olhasse torto, como se eu estivesse invadindo um lugar que não é meu. Mas é meu, sim. Essas pessoas lutaram para ter uma vida melhor e eu lutei com elas, então esse espaço é meu. Assim como eu sempre fui discriminada por ser mulher, então este espaço também é meu. Mas é difícil. O machismo e o patriarcado são muito fortes em nossa sociedade.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Como foi conduzir essa luta [pelos mortos e desaparecidos] no começo dos anos 80? Vocês buscaram judicializar os casos, mas havia a Lei de Anistia [de 1979] que impedia.

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

A lei da anistia nunca impediu. O que impede é a falta de vergonha nesse país.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

A interpretação da lei.

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Essa interpretação que se deu à lei foi inventada e foi se consolidando e muita gente acredita. Até que em 2010 o Supremo Tribunal Federal disse que os torturadores foram anistiados. Uma total falta de ética. Isso é governo Lula e fica na conta dele. No mínimo o Lula tinha que ter feito uma fala: "eu respeito o Supremo Tribunal Federal como instituição, mas eu não concordo com essa interpretação." Nem a ditadura teve coragem de dizer: "os torturadores estão anistiados." Quem falou isso foi o STF em 2010 e porque sabia que nós íamos condenar o Estado brasileiro na OEA [Organização dos Estados Americanos], como foi. E o Estado brasileiro já estava condenado em 2007, aqui no Brasil. Nós temos todo um trabalho junto ao Judiciário em busca da verdade e da justiça porque nós tínhamos que obrigar o Estado brasileiro com os seus próprios instrumentos institucionais a nos dizer a verdade, o que nunca aconteceu. Nós vivemos na hipocrisia. O pessoal sabe que o Estado matou, mas age como se não soubesse. Hipócrita. Essa hipocrisia faz com que muita gente consiga consolidar uma mentira. Agora nós estamos num impasse porque a Lei de Anistia nunca anistiou os torturadores. A sentença do Araguaia não aceita a anistia como o STF disse que foi. Tem uma outra ADPF [Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental] para eles julgarem, acho que de autoria do PSOL [Partido Socialismo e Liberdade]. Acho que tem nove anos, porque foi na sequência daquela que eles julgaram. Então, o STF não vai julgar. Vai ficar neste faz de conta. A anistia foi parcial e não ampla, geral e irrestrita como a gente queria. Tanto é que eu sou anistiada em 1979, mas a Crimeia não foi, porque eles não anistiam quem era da luta armada. Quem era da imprensa, como eu, foi anistiado. A sociedade está dividida desde aquela época; depois eles deram um jeito de reduzir a pena e fizeram uma modificação na Lei de Segurança Nacional para libertar o resto dos presos políticos que não podiam ser libertados pela Lei de Anistia. Agora esse tal de "crime conexo" não é desse jeito que eles interpretam<sup>ii</sup>. A mesma pessoa vai cometer dois ou três crimes para realizar o crime principal. Por exemplo, eu sou contra a ditadura e preciso denunciá-la, que é meu objetivo. Mas para fazê-lo, eu preciso viver na clandestinidade, ou seja, eu tenho que ter um documento falso, tenho que ser portadora de arma, que é ilegal, tenho que roubar um carro. Esses são "crimes conexos". É o mesmo autor

cometendo vários crimes para um objetivo só. Agora comparando a relação do torturador com o preso político. A começar que são dois autores. O objetivo também não é o mesmo. A metodologia e estratégias não são as mesmas. Só de ter dois autores já desconfigura a concepção de “crimes conexos”.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Logo que sai a Lei de Anistia, imagino que, embora a militância estivesse insatisfeita com o texto aprovado (porque o pleito era por uma anistia ampla, geral e restrita), ela ainda não tinha possibilidade de antecipar o tipo de uso que viria a se fazer da lei de 79. O texto da lei não era explícito sobre não punir agentes do Estado envolvidos com tortura.

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Exato. Se eu falar isso para você, os advogados vão ficar com raiva de mim. Os advogados tinham muita dificuldade...

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

De reunir provas?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Não! Havia muitas provas. Mais provas do que o Moro para condenar o Lula! O advogado quer entrar com uma ação para ganhar e fazer seu nome. Isso faz parte da profissão, que é extremamente individualista e competitiva. Eles não queriam entrar para não perderem, porque o Judiciário é que fez um convencimento entre eles de que a anistia foi para os dois lados. Eu entro com um pedido de responsabilização criminal do [Carlos Alberto Brilhante] Ustra porque eu fui torturada por ele. Eu pedi muitos advogados para entrarem com uma ação criminal contra o Ustra. Ninguém nunca quis porque sabiam que não iam ganhar.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Então, neste começo, os familiares não encontraram amparo nos advogados?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Os advogados aceitavam que pedíssemos esclarecimento sobre os desaparecimentos, que o Estado localizasse quais eram os locais de tortura.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Você fez parte do conjunto de famílias que entra com um pedido de esclarecimento sobre o que aconteceu no Araguaia?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Eu não sou familiar, mas participei da discussão. São 22 famílias. A minha irmã [Crimeia de Almeida] é petionária. Ainda tenho essa condição – eu sou – na medida em que muitos eram amigos muito próximos – mas não tenho autorização jurídica para ser uma petionária de ação deste tipo. Se minha irmã fosse desaparecida e meu cunhado também, eu poderia entrar pelos dois. Mas o meu cunhado tinha mãe e irmã. Isso funciona como direito de sucessão, como uma questão de herança. Imagina eu me habilitar a ser uma petionária, amanhã eu posso vir a

receber indenização ou possivelmente eu receba uma herança?! Imagina. O direito é para defender a propriedade privada, todos os bens da pessoa, em tese. Eu não tinha como peticionar.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Se não me engano, foi a primeira ação de fôlego concertada pelos familiares.

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Sim. E muita gente entrou individualmente também. E foi pior ainda. A justiça é assim: você pode pedir o que quiser? Em tese. O escrevente olha e considera improcedente por julgar que não tem base jurídica.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Muitas tentativas ficaram pelo caminho.

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Sim. Assim como muita gente tentou diretamente na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, mas tem que ter uma resposta do Estado e este nega que tenha desaparecidos e daí a Comissão não investiga mais. Em 2007, eu e minha família entramos com uma ação contra o Ustra. O Ustra responde, porque ele foi citado então tinha que dar uma resposta às acusações que fizemos. Mas ele me chama de mentirosa, diz que eu só queria dinheiro. E era uma ação declaratória, e não indenizatória. É muito importante dizer isso. É sempre assim, quando a mulher aparece é porque ela quer algum destaque, além de aparecer. Homem tem que aparecer, mas mulher tem sempre um propósito escondido. Se ele me chama de mentirosa, ele tem de explicar por quê, no que ele discorda de mim. Ele é que fala que meus filhos foram presos no livro *Rompendo o silêncio* [livro de 1987, de autoria de Carlos Alberto Brilhante Ustra]. Ele é quem fala! Só que ele fala que prendeu para nos ajudar. Uma ajuda excelente ter prendido os meus filhos! Quanto à questão que ele me acusou de querer se candidata, eu tenho esse direito. O Brasil é uma democracia. Me acusar disso não me ofende em nada e quanto a ele ter me acusado de querer ganhar dinheiro, ele não deve ter lido o pedido porque eu não queria indenização. Tanto é que nós ganhamos na terceira instância e nunca fomos indenizados porque nós não pedimos. Tem gente até que acha errado a gente não ter pedido, mas fizemos bem porque sabíamos aonde estávamos pisando.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Você há pouco mencionou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Você podia falar um pouco sobre os esforços de articulação internacional dessa luta dos familiares? Na primeira entrevista que você me deu, você mencionou a importância das *madres* no processo político argentino. Vocês tinham relação com elas?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Logo que começamos a nos organizar na luta pela anistia, na comissão de familiares, ainda nem se chamava desaparecidos. Depois foi de presos políticos vivos e mortos e desaparecidos políticos, porque se viu que a natureza jurídica de encaminhamento era diferente. O jurídico já provocou uma separação, porque começou a ter outros interesses.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Quando aconteceu esta separação das lutas?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Vai acontecendo na própria luta da anistia, porque passam a existir várias comissões: a comissão de preso político, de mortos e desaparecidos. Tendo 78 como marco, vamos dizer. Neste período ficamos sabendo de outras organizações de familiares em outros países do Cone Sul que queriam informações sobre familiares que desapareceram no Brasil. Brasileiros que desapareceram na Bolívia ou na Argentina. Daí tivemos que estender a articulação e se cria uma federação de familiares de mortos e desaparecidos chamada FEDEFAM [Federación Latinoamericana de Asociaciones de Familiares de Detenidos-Desaparecidos].

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Essa federação é criada nos anos 80?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Sim. E daí passa a haver congressos. As *madres* são muito fortes. Em termos numéricos, elas são muito maiores e elas trazem insígnias muito determinadas. Elas têm um histórico muito claro para sua luta. Enquanto nós buscávamos localização de corpos, descrição dos eventos de familiares, elas já falam palavras de ordem. Elas dizem: "*Con vida los levaran, com vida los queremos*". Isso é muito forte. Quando eu vi pela primeira vez, eu fiquei muito impactada.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Quando você viu pela primeira vez?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Nos anos 80, acho que em 81.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Você chegou a ir à Argentina?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Sim. Eu fui a muitos países da América do Sul.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Enquanto isso você trabalhava com a imprensa?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Eu trabalhava tanto que quando chegava onze horas da noite e estava na jornada de volta para casa eu ainda tinha que cuidar dos meus filhos. Era muito cansativo. Eu sempre fiz qualquer coisa. Quando eu me deparei com o lema das mães, eu achei muito forte, pensei comigo que elas eram loucas. Quem poderia dizer aquilo? Eu não entendia. Custe para entender. Eu fui entender no dia que eu conversei com a Hebe de Bonafini, quando ela veio ao Brasil em 1982, em São Paulo. Eu conversei com ela e ela falou que queria mesmo encontrar os filhos com vida porque os militares prenderam os filhos delas e mandavam eles ligarem para a casa delas. Elas

ouviam suas vozes dizendo-lhes que estava tudo bem e que voltariam para casa. Mas os militares iam matá-los, mas até elas entenderem todo este processo... Depois disso ganhou uma conotação política. A ideia delas é tornar pública uma vida de luta por justiça. Os militares os levaram porque eles lutaram por justiça. E elas continuaram a luta por justiça de seus filhos. Outra coisa que elas nos ensinaram foi de que não se constrói uma democracia em cima de corpos insepultos. E por isso nós não conseguimos consolidar a nossa democracia. Nem a nossa nem a delas.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Nos anos 80, a condução internacional dos casos de desaparecimentos ainda era muito tímida, né?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Sim, nem havia instrumento jurídico para isso.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Exatamente. Isso vem só depois.

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Aqui no Brasil acho que vem em 98, quando o Fernando Henrique [Cardoso] assina tratados internacionais. Apenas no final dos anos noventa há instrumento jurídico para se utilizar em favor desta causa.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Para seguir essa trajetória do movimento de familiares, você poderia comentar a sua experiência com o trabalho da Comissão de Mortos e Desaparecidos?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Você fala desta comissão do Estado?

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Isso.

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Ela é criada em 95, com a Lei 9140. E nós achamos importante participar, tanto é que indicamos a Susana Lisboa. A Crimeia foi comissionada para trabalhar na Comissão em Brasília. Ela foi cedida [pela prefeitura de São Paulo] para lá durante estes trabalhos. Nós fomos a favor da Comissão e desta lei, embora essa lei tenha sido para por um ponto final na história. Nós pensamos que não seria o final, mas foi importante o Estado reconhecer os desaparecidos como mortos pela primeira vez.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Quais são as figuras na política oficial que te pareceram importantes para trazer esta pauta a público?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Luiza Erundina. Não tem ninguém igual. Ela foi em todos os tempos. É a figura mais importante e a mulher mais importante. Ela representava o poder público e abriu todo o espaço para os familiares, com ampla liberdade para o nosso plano de trabalho.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Essa foi sua experiência com ela em Perus [Vala encontrada no cemitério de Perus, em São Paulo, em 1980]?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Durante os quatro anos. Igual a ela não teve.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Você acha que Perus foi importante para abrir o caminho para a Comissão [CEMDP]?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Claro! Foi fundamental porque Perus mostrou ossos. Concretizou o que é a figura do desaparecido. Desaparecidos são ossos. Quando falamos desaparecidos falamos dos ossos. Aqui no Brasil eu acredito que o desaparecimento é muito banalizado porque o número de pessoas desaparecidas é muito alto. Eu acabei de ver uma reportagem em que a mãe não via a filha há mais de 20 anos. Era desaparecida. Ela estava em cárcere privado. Quer dizer, é tão comum que muitos não dão importância. O povo não acreditava em nós. Quando viram as ossadas, passaram a acreditar. As pessoas iam com velas nas mãos e punham ao lado da vala. O povo viu crânio e aqueles ossos falavam.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Mesmo as pessoas que tinham parentes desaparecidos que não eram de natureza política iam levar velas?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Sim. Quem ia lá era pessoas que tinham parentes desaparecidos, não sei qual a causa. O desaparecimento é o maior vazio na vida de uma família. Maior até do que a morte, porque você vê o corpo morto do seu parente. Agora, quanto ao desaparecido, não se sabe o que aconteceu com ele e por isso a família fica marcada. Você pode ver o Bernardo Kucinski [irmão da desaparecida Ana Kucinski]. Rosalina, irmã do desaparecido Fernando Santa Cruz, a dona Felícia, mãe da Isis de Oliveira. A família Grabois, que são três que desapareceram [entre eles, Maurício e André Grabois]. A família Petit também com três desaparecidos [Lúcio, Maria Lúcia e Jaime Petit]. Não tem sensação mais angustiante. E a repressão sempre fez essa maldade de dizer que estavam vivos quando já não estavam mais. Com o morto não é possível fazer isso, porque a família enterrou, viu o corpo. Isso é de uma perversidade enorme.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Então o episódio de Perus foi muito relevante para a luta dos familiares?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Ele ganha relevância e abre diálogo, porque tem os ossos. Como é que vai dizer que não é desaparecido? Isso fez uma diferença muito grande. Isso é um debate eterno até hoje. Nós estamos morrendo, mas os desaparecidos permanecem como fantasmas na história. A primeira resposta que o Exército deu para o Judiciário sobre o Araguaia foi na ação que foi arquivada em que eles negaram a guerrilha. A autenticidade da guerrilha do Araguaia foi comprovada pelos familiares, porque a esquerda achava que não tinha existido, como era no Norte, no sul do Pará, dentro da selva. Eu fui presa e ficava com as pessoas da esquerda e muitos me perguntavam se havia existido mesmo. Foi um debate que existiu mesmo dentro do CBA – Comitê Brasileiro de Anistia. O PC do B [Partido Comunista do Brasil] nunca quis assumir porque queria a legalidade e entrar no processo eleitoral; a guerrilha do Araguaia era uma pedra no sapato deles. Um meteoro. Ninguém queria saber disso. Ficou como se quem falasse do Araguaia fosse meio perturbado. Se não fosse a ação das famílias, porque agora ela existe e não tem como negar. Tudo quanto é guerrilha que houve no Brasil tem processo na justiça militar, mas a do Araguaia não tem. Tem esse na justiça nacional, mas que procuram não dar nenhuma visibilidade.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Você falou da Luiza Erundina como uma pessoa muito importante para a articulação da luta num nível institucional. Qual é a sua avaliação geral sobre a interação entre Estado e movimentos de familiares. Quais são seus altos e baixos?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Só tem baixos! O Estado existe e temos de dialogar com todas as instituições, inclusive as estatais. Mas ele só tem nos prejudicado muito.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Você viu em algum momento um caminho um pouco mais promissor de interlocução?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Só com a Luiza Erundina. Mesmo com a lei 9140 [que criou a Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos] que foi um passo importante de diálogo com o Estado. A Comissão da Verdade foi um passo importante. A própria Comissão de Anistia enquanto proposta.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

E a Comissão Rubens Paiva?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Eu trabalhei nela.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Eu sei.

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Eu acho que nós tentamos fazer um bom trabalho e acho que trabalhamos nas piores condições – as mais precárias. Na hora que os deputados novos (eleitos recentemente) chegaram à Assembleia, eles praticamente nos enxotaram de lá. Debaixo de chuva. Deixamos lá uns arquivos e espero que estejam sendo bem tratados.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Amelinha, a partir da Comissão de Anistia, sobretudo a partir da virada importante que ela sofreu em 2007, começa-se a falar muito em justiça de transição, um termo que não existia lá atrás. Como você enxerga essa renovação do vocabulário de luta?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Nós fizemos tudo sem a justiça de transição, né? Eu acho que é válido porque põe em discussão. Eu sou sempre a favor do livre debate. Foram feitas mais de cem comissões de verdade no Brasil. Acho que teve o mérito de abrir o debate. Quanto às nossas questões de fundo, isso não. Se elas fossem de caráter permanente, poderiam talvez avançar nas investigações que respondem às nossas questões. Mas tudo com prazo e hora marcada, como se na política fosse um mais um é igual a dois. O Estado existe e temos que falar com ele o tempo todo, mas não é fácil. A solução é quando a gente toma iniciativa e faz.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Entre os familiares você diria que prevalece essa sua vontade de diálogo?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Varia muito. Eu sou do diálogo. Os familiares são diversos, nos reunimos em cima de uma ação específica, e não em cima de discussão sobre o que cada um pensa. E acho que tem familiar que tenta dialogar bastante e acho que de uma forma geral eles foram muito pacientes na busca pelo diálogo. Essa mulher que faleceu hoje, a dona Zita, ela foi até no DOI-CODI [Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna] buscar o filho, falou com aqueles monstros. Pensando bem, muitos acharam importante o diálogo com o Estado.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Amelinha, agradeço imensamente sua disponibilidade. Muito obrigada por essa conversa.

**Segunda Parte:**  
**São Paulo, 20 de julho de 2015.**

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Amelinha, muito obrigada por me receber. Você poderia, por favor, falar sobre a experiência da Comissão [da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo] Rubens Paiva e sobre a sua participação nela.

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Eu acho que tem que ter uma introdução porque quem lutou por essa Comissão da Verdade aqui no Brasil [a Comissão Nacional da Verdade, CNV] foram os familiares dos desaparecidos políticos. E lutaram mais como um aprendizado da Argentina. Das *Madres [de la Plaza de Mayo]*. As *Madres* é que ensinaram os familiares que se falasse sempre em Verdade e Justiça. São as duas palavras-chave da nossa luta e da nossa perseverança. E aqui acho que procurou absorver com mais dificuldades, é claro. Tanto é que os primeiros movimentos dos familiares vão se dar em torno de duas vertentes: uma são os processos judiciais. Os eternos processos judiciais que nunca caminham. E o outro é criar o movimento Tortura Nunca Mais. Aqui impactou muito mais a questão de Tortura Nunca Mais e na Argentina é Verdade e Justiça. Pelo menos foram as palavras que elas ensinaram. E aí essa questão da busca da verdade vai culminar com o processo que é judicial e internacional, que foi feito em grande parte pelos familiares do Araguaia [Guerrilha do Araguaia]. Isso aí que eu acho que é o ponto central da criação da Comissão da Verdade. Quando um governo, em nome do Estado, vê que vão ser criadas comissões, que o Estado brasileiro vai ser condenado, aí é que ele resolver fazer [a Comissão da Verdade]. Resolve assim: pressão, ao Plano Nacional de Direitos Humanos – versão três [PNDH3] – onde é bom que se recorde, porque ninguém fala disso. Aqui no Brasil, passou, acabou, nós já vamos para outro momento. Mas no plano nacional da verdade, o governo esqueceu de por o eixo verdade e justiça. Memória, verdade e justiça. Quem impôs foi o pessoal de Minas Gerais. Familiares de Minas Gerais é que puseram esse eixo. “Tem que ter esse eixo.” Fizeram uma pré-conferência<sup>iii</sup> lá, em Minas, Belo Horizonte, e propuseram isso. E aí o governo se viu pressionado. O governo queria passar por cima disso aí. O governo ainda tentava arquivar a ação do Araguaia. Ele também não fala isso. O governo Lula tentou arquivar. E aí então tem um plano nacional [o PNDH3], tem toda aquela polêmica e o Brasil acaba sendo condenado [pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso *Gomes Lund e outros* (Guerrilha do Araguaia)] e no dia que o Brasil está sendo julgado lá na Costa Rica [sede da Corte] é que o Brasil – o governo – deve ter feito um acordo com os militares. Eu acredito que fez e não contou pra nós. Não tornou público esse acordo. Tanto que quando o Brasil vai ser julgado dia 20 de maio de 2010, em 29 de abril de 2010 o STF toma a decisão de anistiar os torturadores. Que já é estranho aquilo, né? Eu estou colocando um pouco da história, do contexto.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Claro, tenho todo interesse em ouvir.

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Porque eu acho que isso dá uma base para entender as dificuldades. Porque essa comissão é emperrada. Aí o governo, quando é no dia vinte, se não me engano, ou dia vinte e um, nós estamos lá, em Costa Rica, no julgamento que dura dois ou três dias. E alguém está lá com esses *Ipads*, e vê assim: “olha, o Brasil mandou um projeto de lei para o Congresso. O Executivo mandou para o Congresso para criar uma comissão da verdade. Ou seja, para mostrar à Corte que o Brasil não precisa ser condenado, porque já está tomando as providências. Foi com essa intenção. Mas a Corte respondeu muito bem. A sentença foi muito boa. Então, parte daquele 20 de maio ou 21 ou 19... Não lembro bem ao certo, mas é de 2010, começa a tramitar a Comissão da Verdade, o projeto de lei. Nós vamos ver o Brasil ser condenado no final do ano, em novembro ele é condenado. E depois dia 14 de dezembro é publicado. O Estado brasileiro toma conhecimento da sentença. E aí então a questão da Comissão da Verdade fica mais... Isso é 2010. Fica mais evidente a necessidade da Comissão da Verdade, desperta uma curiosidade porque a sociedade brasileira, nos setores organizados, não sabia o que era comissão da verdade. Quem mal sabiam eram os familiares que tanto lutaram. E se começa a discutir. Ela é tramitada todinha alijando os familiares, os familiares e as vítimas nunca foram ouvidos no trâmite da Comissão da Verdade. No Brasil tem uma coisa que eu acho interessante: quando quer uma coisa normal parece um escândalo! Nossa! Agora, quando não quer, o escândalo fica normalzinho, porque eu acho um escândalo a forma como a Comissão da Verdade foi aprovada. Ela foi aprovada com conchavos dentro do banheiro do Congresso. Foi isso. Não sei se você lembra disso, mas isso aconteceu. Foi uma vergonha! Quê que é isso, gente?! E não deixou os familiares participarem.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Teve uma ação deliberada, de exclusão de familiares?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Foi. Isso é óbvio. Nós tentamos o tempo todo, desde que entrou. Desde que nós voltamos da Costa Rica, nós estamos tentando falar com a Presidência da República sobre o projeto de lei, ainda. Depois quem deu muito apoio para nós foi Luiza Erundina [ex-prefeita de São Paulo e deputada federal por São Paulo em diversos mandatos], que sempre deu apoio. Nunca negou apoio. Ela não conseguiu lá no Congresso. Eu vi a votação pela televisão. E a vi bem espremidinha, tentando falar. Eu a vi até intimidada, até a voz dela estava sumida. Falei: “gente, que isso!” Sabe quando você vê a pessoa acuada mesmo? E a própria imprensa falou dos conchavos dentro dos banheiros. Foi um processo muito promíscuo. Como é que se trata dentro de banheiro um assunto público, histórico, político?! Se trata dentro do banheiro outras coisas, mas isso eu achei muito promíscuo. Bom, mas é essa comissão. Existia até a ameaça de ela ter militares e nós falamos, nós deixamos claro em documentos que tendo militares nós não participávamos. Familiar não participa, e enfim, fez a comissão, foi aprovado em novembro de 2011, diz que tinha pressa para depois ser só nomeado em maio de 2012. É em 16 de maio que o pessoal toma posse. Esse pessoal que vai ser da Comissão, que são sete membros. Quando foi aprovada a Comissão – e estava demorando para ser aprovada, apesar da pressa – que eles falavam que tinham urgência, urgentíssima, quando a gente ia começar, não podia. Porque eu vi que não ia ter tempo. A gente teve vários pontos que a gente discutiu, criticou. E depois se

you want to know about the project of law that later became law. At that time Adriano Diogo [deputy state representative from São Paulo in different mandates and president of the Rubens Paiva Commission] – that is his merit – because I never wanted to work in a Commission of Truth. I am now buried up to here in the Commission of Truth [reference to work in the Rubens Paiva Commission].

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Por que você não queria trabalhar numa Comissão da Verdade, Amelinha?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Porque não. Eu acho que exige seriedade. Acho que a comissão foi feita de forma errada [volta a falar da CNV]. Eu acho que uma comissão desse tipo tinha que ter historiadoras, historiadores. Tinha que ser multidisciplinar. Ela é carregada de jurídico e não tem o resto. E se ela ouvisse a gente, os familiares, ela teria priorizado os desaparecidos políticos, que é o que nós sempre tínhamos em mente na comissão. Essa comissão nasceu para priorizar os desaparecidos políticos. Sinto muito. Não que as outras ações não sejam relevantes, mas quem lutou até o fim foram os familiares de mortos e desaparecidos políticos. Até o fim mesmo, porque morreram. Hoje eu já me considero... Eu sou da geração dos que morreram na época da ditadura, mas dos que lutaram eu já sou a segunda geração. Os que se foram, foram esses que denunciaram no tempo da ditadura, que foram atrás de direitos humanos para cá, para lá, que foram na Europa. Vê o exemplo que tem, que eles metem o filme, mas nem todos têm filme, mas tem o filme da Zuzu Angel, para ver o quanto ela fez. O que ela fez os outros fizeram também. Só que uma vira filme, outros não. A História é assim. Um é escolhido. É igual o caso do Amarildo. O Amarildo é um desaparecido, mas tem MUITOS como o Amarildo. Mas o Amarildo ficou conhecido. Ficou tão conhecido que, se falar em Amarildo, todo mundo já sabe que é desaparecido. A nossa memória é muito construída pela mídia e ela gosta de um nome, de um nome famoso, aí vai dando destaque. Mas os familiares eram muitos. Tem muita gente aí que não tem história contada e que fez até o fim da vida, até morrer. E nós já somos a segunda geração. Nós buscamos o quê? Nós somos depositárias daquela luta. Então, quando o Adriano Diogo percebeu que aquilo ali [o processo de criação da CNV] estava uma enrolação, aquilo de sair não sai, ele que negociou dentro da Assembleia [Legislativa de São Paulo] uma resolução para criar a comissão estadual da verdade. Todo mundo estava de olho na Comissão Nacional. Era só ela. Ela está lá, mas ela não sai. Diz-se que tem urgência, urgentíssima, mas não põe para votar. Depois, põe para votar, mas também não nomeia ninguém. Então, o Adriano Diogo fez esse trabalho de criar uma comissão aqui. Ele criou a comissão aqui [em São Paulo] em fevereiro de 2012 e a comissão nacional vai ser criada em maio de 2012. A comissão dele é uma comissão de deputados. Tem vários deputados porque é o legislativo. E, como eu falei, eu não gostaria de participar da comissão porque eu achava que eu devia estar cobrando da comissão, e não estar trabalhando junto [reference to work in the Rubens Paiva Commission, which had a protocol of collaboration with the CNV] in a commission that was already born stifled, it was born bureaucratized, it was born without direction. You can see that the National Commission functioned for two years and a half, more or less, and one year and a half was only of conflict. After that was when she started to function.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Quando entra o Pedro Dallari, me parece.

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

É o Pedro Dallari que arruma a casa. Não estou aqui desmerecendo os outros, não é isso. Mas foi ele quem arrumou a casa. Quem arrumou a casa foi o Pedro Dallari. O resto ali não se acertava. Eu, por exemplo, sou uma pessoa amiga e gosto muito da Rosa Cardoso. Eu gosto muito dela. Ela foi minha advogada num tempo em que ninguém ousava ser advogado de uma presa política que está lá jogada num calabouço. Ela foi minha advogada. Grávida, ela era uma mocinha. Então, eu tenho muito carinho e muito respeito pela Rosa Cardoso. Mas, ali naquela comissão, e ela foi uma das melhores ali, porque ela é muito séria, muito comprometida, muito esforçada. Ela dá muita importância às vítimas, historicamente falando. A história dela já é assim, voltada para as vítimas. E a comissão da verdade tem que ser voltada para as vítimas. Se não, onde se vai contar a verdade?! Como? Aonde? Ele [Pedro Dallari] botou ordem na casa lá. Acho que ele tem um estilo de professor, didático. Agora, deu conta dentro de circunstâncias difíceis, porque ele tinha um prazo pequeno para fazer o relatório, a Comissão não tinha feito nada porque ela só brigava. Então, quer dizer, ele teve uma atuação que eu considero muito boa frente às condições que lhe foram colocadas. Ele foi valente. Ele peitou, mas a comissão não teve um rumo e então nunca deu importância aos desaparecidos. É impressionante! Não sei quantas reuniões que EU fiz com familiares e a comissão, explicava o que nós queríamos, porque a gente fazia reunião apesar de eles não quererem ouvir a gente. A gente ficava lá na porta. Eu acho que esse era o meu papel, não ficar lá dentro. Mas quando o Adriano [Diogo] fez a comissão aqui [Comissão Rubens Paiva], antes daquela lá [CNV], quer dizer, eu já tinha em mente assim: "eu vou perturbar essa comissão para ela funcionar!". Aí o Adriano fez essa comissão, mas não tinha gente para trabalhar porque os outros deputados nunca deram importância. O Adriano ficou sozinho. O projeto era dele e os outros entraram só para formalizar uma comissão, mas nunca atuavam. E aí o Adriano ficou me implorando, me pedindo para trabalhar. Então eu acabei indo.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

O Adriano é persistente.

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Nossa, quando ele quer uma coisa! E o Adriano é um cara que eu conheço da cadeia. Eu fui presa na mesma época que ele. Nós fomos colegas de cadeia. Quando a gente é colega de cadeia, a gente tem uma consideração a mais com a pessoa porque, poxa, passou por tudo o que eu passei, e agora não tem ninguém que trabalhe. Num espaço político não tem quem trabalhe?! Por isso que eu fui. E eu achei até que foi certo. Depois, pensando melhor: não, eles [na CNV] não trabalham do jeito que a gente quer, mas lá dentro a gente cobra, exige. E essa comissão aqui da assembleia deu um pouco de rumo para a Comissão Nacional. Foi essa aqui. EU considero e não é porque eu trabalhei nela, não. É porque ela foi não só pioneira, ela impulsionou a nacional. "Vocês têm a lei e não vão criar uma comissão?!" Segundo: audiências públicas. Não tem esse negócio [na Comissão Rubens Paiva] de audiência fechada. A comissão [CNV] fazia audiência fechada, escondida, que até hoje não se sabe o que foi discutido ali.

Ouvir as vítimas, priorizar os mortos e desaparecidos políticos, porque se a gente não esclarecer o que aconteceu com nossos desaparecidos políticos, quem é que vai investir neste esclarecimento?! Se não são as comissões da verdade, quem é? O Exército fechou as portas, que é o responsável. Dos outros órgãos das Forças Armadas, idem, repetiu. O Ministério das Relações Exteriores, nada. Sinto muito, eles não gostam que falem assim, mas a diplomacia não fez nada ou quase nada pela comissão da verdade. Eles têm responsabilidade. Eles pegaram o caso do Edmundo e falaram: "ah, foi um avião da FAB [Força Aérea Brasileira] que levou" Claro que foi! Eu quero saber mais. Quem é que pegou? Como foi? Quero saber por que ele foi escolhido para ser morto. Isso que eu quero. Que foi um avião da FAB que trouxe ele da Argentina para o Brasil... Novidade, né? Nossa, todos presos aqui, até os que estão vivos, nem foram mortos, andaram também no avião da FAB! A FAB levava lá para Brasília, para não sei aonde. Você não andava com avião de carreira, avião comercial, eles não te punham num avião comercial. Então, grandes coisas. Eles contam isso como se tivesse um mérito deles porque abriu aquela comissão, o CIEX [Centro de Informações do Exterior]. Ah, explicou isso! Nenhum órgão, na verdade, cumpriu aquela lei de acesso à informação que foi feita [Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011]. Nenhum deu informação. O que a comissão [Rubens Paiva] externou, trouxe, ela trouxe as vítimas, ela fez audiência pública, ela mostrou que a construção da verdade é coletiva, que é também um trabalho pedagógico. O pedagógico está na medida em que se constrói. Ela tinha uma prioridade: mortos e desaparecidos. Na medida em que apareceram os casos, contados, falados e sentidos, as pessoas iam lá para falar. Tinha que ter tratado de verdade e gênero, por causa das mulheres, até porque a maioria é de mulheres que vão denunciar. Foi tratar aí do que tinha mais coisa. Como é que estavam as mulheres na ditadura? Não eram só as presas políticas, as outras mulheres, como é que eram tratadas? Chegou-se até a ver que tinha mulheres na tortura, participando como torturadoras, quer dizer, foram se envolvendo no processo, não é que tinha um PLANO, e também não tinha aquela coisa de "tem que ter um relatório". Essa Comissão da Verdade foi instalada desde o primeiro dia para fazer um relatório. Não. Relatório, quando você trabalha, o relatório sai. Quando você não trabalha, vai sair que relatório? Vai escrever o quê? Essa comissão não nasceu para escrever relatório. Ela nasceu para construir a verdade junto com a sociedade.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Quer dizer, a [comissão] Rubens Paiva deu mais essa ênfase ao próprio processo da comissão – das audiências, da escuta das testemunhas etc – e a CNV teve um foco muito formalista, que era a produção do um relatório. Eu compreendi bem?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

O tempo todo mais preocupada com o relatório do que com as pessoas, com as vítimas, com a história, com a verdade. O relatório tem que ficar bonitinho. Mas e daí, entendeu?

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Em que medida a [Comissão] Rubens Paiva influenciou a CNV?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Ela fazia e ia mostrando que podia ser diferente. E ela cobrava. Sempre cobrava.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Você diria que ela [a Comissão Rubens Paiva] influenciou a CNV de algum modo?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Influenciou. Nós fizemos um termo de cooperação com a Nacional [CNV] e aí a gente ouvia inclusive torturadores. Nós é que começamos a ouvir torturadores. Em aberto, em público, e eles morriam de medo de fazer isso. Você está acusando alguém de torturador, nós nunca tivemos medo porque a gente sabe que, no mínimo, está trabalhando num órgão da repressão, num órgão de tortura. Se ele não torturou, ele trabalhou. Está no documento. "O senhor confere? O senhor trabalhou?" "O senhor sabia que tinha tortura lá?" Sabia, né? Muito evidentes as coisas. E as pessoas iam, assistiam, participavam. Até as pessoas podiam fazer perguntas. Todo mundo podia fazer perguntas num determinado momento. Primeiro ouvia a pessoa, depois abria para o público.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Então a [comissão] Rubens Paiva e a CNV foram colaborativas entre si, organizaram audiências públicas conjuntas?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Sim, e eu acho que a Nacional podia ter colocado no relatório dela. No nosso, nós pusemos. Eu acho que é o [David dos Santos] Araújo, um delegado do DOPS [Departamento de Ordem Política e Social], que foi trabalhar no DOI-CODI [Destacamento de Operações de Informação-Centro de Operações de Defesa Interna], aqui em São Paulo, que participa de alguma forma da morte de alguns militantes e ele fala que o presidente da General Motors ia dentro do DOPS para ver como estava a sala. Porque eles ofereceram material acústico para uma sala de treinamento de tiros, e ver se estava funcionando direitinho. Quer dizer, entrou no DOPS, que era um órgão de repressão, onde se tinha tortura, se tinha assassinatos, estupro e tudo o mais. Não é um órgão qualquer. Naquela época um presidente da General Motors sabia muito bem aonde que ele estava entrando. E o cara fala isso com todas as letras. E junto com a Comissão Nacional. Eu acho que a Comissão Nacional não colocou isso, não. No nosso está. A gente fez questão de colocar. Porque se fala de empresa participando e teve vários níveis de participação, e, inclusive de alguém lá dentro, para conferir se estava funcionando conforme eles querem.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Amelinha, você tinha mencionado que tinha críticas à lei de criação da CNV. Você poderia falar mais sobre isso?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

A crítica é a seguinte: a gente achava que tinha que trabalhar com a verdade e com a justiça, e o pessoal fez questão de dar um conceito bem restrito à justiça, como se fosse julgar. Não. A comissão da verdade não tem que julgar, mas ela tem que encaminhar todas as suas investigações para o poder Judiciário apurar. São investigações gravíssimas. Isso aí nós criticamos, eles não puseram justiça. A outra coisa é a seguinte: nomear garantias às audiências públicas, que eles também não puseram, eles puseram muito vago ali. Mas também não estavam proibindo, não. Cumprindo a lei o pessoal podia ter ido fazer as audiências

públicas. A questão da nomeação dos torturadores. Eles tinham o maior receio de nomear os torturadores. Ao final, eles nomearam 377. Eu lembro que a gente discutia muito em público com as pessoas, e escrevia que em 1977 o Jornal *Em tempo* publicou duzentos e trinta e três nomes de torturadores. Em mil 1977, que era a ditadura. Os presos políticos aqui de São Paulo fizeram a carta em 1975 alguns dias antes da morte do [Vladimir] Herzog, tanto que eles punham um p.s.: "O Herzog foi morto, dizem que foi suicídio, mas a gente o conhecendo, provavelmente não foi." Os primeiros a desmascarar o suicídio do Vladimir Herzog foram os presos políticos. Muitos anos depois que a justiça vai reconhecer, muito tempo depois. Então se a gente criticou [a CNV], criticou o fato de funcionar só dois anos. A comissão da verdade no Brasil vem muito tardiamente. E isso prejudica muito, compromete muito a construção da verdade. Porque as testemunhas oculares não existem mais, as vítimas já estão velhinhas ou acabadas, desmemoriadas ou com Alzheimer, já nem lembram mais. Enfim, foi a mais tardia de todas. A gente criticava o fato de ser dois anos [de mandato previsto em lei]. Se era a mais tardia, então podia deixar mais tempo, para poder vasculhar todos esses documentos, que estão aí, perdidos. O Brasil é muito grande. Sete pessoas [comissionários] é muito pouco. Que mais que a gente criticou? Deixa-me ver se eu lembro de algo mais assim, de cabeça. Dos que estou lembrando são estes, mas com certeza tem mais escrito. Enfim, é isso.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Amelinha, um tema recorrente entre comissionários que eu tenho investigado é a associação entre a violência na ditadura e a violência de hoje. Como você enxerga isso?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Eu acho que o Estado brasileiro foi estruturado na base da violência. A violência é histórica no Brasil. Tanto é que quando nós fizemos a nossa luta pela comissão da verdade, eu me lembro que o movimento negro criou uma comissão da verdade para a escravatura porque a história de quase quatrocentos anos de escravidão é só de violência. Violência cometida pelo Estado. A própria lei não reconhecia o negro como um ser humano. Era um ser movente, mas não um ser humano. E a sociedade, muito cristã, aceitava a ideia de que negro não tinha alma. Portanto, podia ser torturado. Então, é uma história de violência. Evidentemente, a violência que nós temos hoje na extensão e na intensidade é fruto da ditadura. Ela existiu sempre. Mas a violência atual é fruto da ditadura. Uma violência perversa, uma violência de guerra. Somos um país que não vivemos uma guerra declarada, mas vivemos uma situação de guerra constante. De tamanha violência. A polícia matando, desaparecendo com corpos. Quando o movimento negro fala em genocídio, está coberto de razão. Eu fico impressionada como fica discutindo se é genocídio ou não! A população negra e jovem está sendo morta. E faz tempo e vai só intensificando. O acesso a armas pesadas, a ditadura favoreceu isso. Até porque deve ter general envolvido na venda de armas pesadas, o que ninguém fala, e no tráfico de armas. O tráfico de drogas intensificou, o tráfico de pessoas, de órgãos humanos. Sem dúvida nenhuma isso é uma estratégia da própria ditadura, que foi articulada para toda a região com os Estados Unidos e com a CIA, com a Escola das Américas. Eu tinha tanta vontade de encontrar esse documento! Ele passou na minha mão nos anos 80. Ele dizia que as ditaduras estavam perdendo força política e que a nova estratégia para o domínio da região latino-americana era criar os conflitos de baixa intensidade. Que foi o que eles criaram. Os conflitos de baixa intensidade e que acabou acontecendo numa intensidade não tão baixa assim. Conforme a

região do Brasil e de alguns outros países, eu diria que o Brasil talvez seja o mais violento, segundo dizem os estudos. Eu não sei se você viu um estudo da Rita Segato sobre as novas formas de guerra<sup>v</sup>. Ela se baseia num documento das Nações Unidas. Não é ela que fez essa pesquisa. Das 30 cidades mais violentas do mundo, uma está no Brasil. Então ela conclui que o Brasil é o país mais violento do mundo por conta disso. Que é uma coisa absurda. Tanto a violência quando a desigualdade. A distância entre pobre e rico só vai crescendo, vai crescendo, vai crescendo. Chega a desafiar a nós, como eu, que sou do movimento que lutou pela igualdade e pela justiça. Será que nós vamos conseguir? Porque está cada vez mais distante. A concentração de riqueza é de muita riqueza. Demais.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

A comissão teve, além de investigar o passado, alguma intenção de interferir na situação de violência hoje?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Isso não era intenção, mas aparecia no processo.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Você pode falar um pouco sobre isso?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

O que a gente sempre discutiu é o seguinte: que se você não esclarece os fatos violentos cometidos pelo Estado num passado recente, a tendência é eles serem repetidos sempre. Mantendo a repetição dele e essa repetição causa o aumento de intensidade. A gente tinha essa ideia muito clara. A necessidade de se esclarecer o passado e conhecer a história é para melhorar o desempenho da sociedade no presente e para a frente. Agora esse vínculo com a violência atual foi aparecendo no próprio processo, na medida em que você vai construindo com a sociedade a verdade, a verdade aparece no passado e no presente. Tanto é que dentro da Comissão da Verdade aqui em São Paulo surgiu a necessidade da comissão da verdade da democracia. Foi uma necessidade, não foi algo assim estrategicamente pensado. Apareceu. É tão forte a violência que ela apareceu mesmo. E depois, você está falando do passado, aí vem a mãe e conta do filho que foi assassinado agora, que é tão parecido com o passado. A lei, a própria Constituição não revogou determinados artigos que desvinculassem aquele passado e aquele comportamento autoritário. Principalmente na área da segurança pública.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Entendi. E, Amelinha, você tem reforçado bastante a ênfase da Comissão [Rubens Paiva] nos mortos e desaparecidos. E quanto à pauta dos trabalhadores e as chamadas "listas sujas"? Elas também foram abordadas pela [Comissão], certo? Você poderia falar sobre isso?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Primeiro que os desaparecidos e os mortos não eram vagabundos. Eles eram trabalhadores. É que muita gente faz uma distinção. Parece que um é trabalhador e o outro é terrorista. Eles não chamam de vagabundo, chamam de terrorista. Essa é uma distinção que a ditadura usou muito. Toda vez que se reclamava um corpo, militares do corpo burocrático de um modo geral

falavam: “mas a uma hora dessas o que ele estava fazendo?!”, “se fosse um trabalhador, ele não teria morrido”. Eu tenho muito essa discussão presente na minha cabeça porque muitas vezes eu fui buscar com familiares o corpo e ouvia os policiais falando isso com os familiares. E dói muito para uma mãe ouvir isso: “Seu filho é terrorista, por isso que ele morreu”. E a gente sabe que não é, né? Terrorista era o Estado. Então, trabalhadores, todos eles eram. Ou eram estudantes.

### **CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Claro, é muito importante estarmos atentas aos usos dessas categorias. Obrigada por me chamar atenção para isso.

### **MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Você vai ver dividido entre trabalhadores e estudantes. Por que iam viver do quê? E a pauta dos trabalhadores tem uma história aqui em São Paulo. São Paulo na época da ditadura talvez seja aonde tinha a maior concentração de indústrias, de empresas. E, portanto, trabalhadores. Quantos imigrantes vieram para cá para procurar o quê? Emprego. Você vem aqui para procurar um trabalho. Você saía lá do Nordeste, de onde fosse, mas você vinha aqui. Isso tem que ser considerado. E essa pauta nasceu também das empresas que participaram do golpe e da ditadura e que foi mais intenso aqui em São Paulo. Acho que o número de empresas e até alguns documentos apontam, alguns estudos, porque na época do golpe São Paulo tinha mais da metade das empresas do país. Esse pedaço aqui. Essa grande São Paulo aqui. Evidentemente, se você quer buscar a verdade, você tem que trazer este contexto com muita força. Como a gente lutou, na Comissão Nacional da Verdade, foi duro para ter um capítulo pelo menos sobre o Araguaia, a guerrilha do Araguaia. Se você está falando do que a ditadura fez, seja com quem lutou contra, seja com quem não lutou contra. Tinha gente que estava lá no seu canto e também sofreu a repressão, mas o movimento mais forte em termos da luta rural foi o do Araguaia. Foi o maior e que tem o maior número de desaparecidos. Como é que você quer falar da verdade da ditadura e não põe uma ênfase nesta narrativa do Araguaia? E eles não iam por! Isso aí foi uma briga nossa! Aqui em São Paulo, se não falar de trabalhador, fica difícil. Não quer dizer que todos os trabalhadores lutaram contra a ditadura, mas por eles serem trabalhadores, eles foram afetados diretamente pela ditadura. Porque a ditadura visava favorecer o capital em detrimento dos trabalhadores. São Paulo foi o maior palco disso em todo o Brasil. Não adianta. São Paulo teve esse papel pesado, trágico. Não é à toa que há tanta coisa ruim até hoje, porque isso aqui foi muito violentamente reprimido. Aqui foi o palco das maiores contradições, vamos dizer assim. Da maldade. Uma realidade muito perversa. E os trabalhadores também têm uma história de organização. Tem muitos setores que sofreram muito aqui, em São Paulo, mas não têm historicamente essa organização. Então a memória fica mais difícil de ser reconstruída, que é o caso da população travesti, do movimento homossexual. Outro dia me disseram que homossexual é muito chique, que tem que chamar de veado e bicha. Que chame do nome que quiser, esse pessoal era tão reprimido pela própria família, pelos próprios amigos, por aquele círculo mais restrito, de amizade e de afeto, que eles não tinham a coragem de escrever sua história. São poucos os que conseguem. Mas aqui, nossa, eu mesma fui presa política, eu ficava [no presídio] perto de uma ala que era cheia de travestis. Ou, como diz meu amigo, de veados, bichas, que se chame do que quiser – agora é gay né? – e que eram maltratados só porque eram gays. Não tinha outra razão. Eu vi muitos

homens. Tinha mulheres, mas com as mulheres não causava tanto ódio, digamos assim, no meio policial. Mas o travesti causa muito ódio. Então eles prendiam pessoas por causa disso. Se perguntasse: “mas por que você está preso?” Não tinha razão. Nenhuma. E já os trabalhadores, por pior que tivesse a situação, eles se organizaram. Eles tinham pelo menos as lideranças, que eram de partidos políticos clandestinos, mas que escreviam esta história. Vai registrando e vai tendo uma memória. Então, evidentemente que tinha que ter o grupo [de trabalho] dos trabalhadores [na CNV, o GT 13]. Teve e deve ter. E continua organizado. Tanto é que eles eram organizados antes, na Comissão da Verdade eles pressionaram para aparecer, porque, se não, não aparecia e São Paulo tinha que ser mesmo, digamos assim, o canal desse movimento, fazendo jus à sua história. São Paulo é isso. E depois eles vão se manter organizados até hoje.

### **CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Amelinha, a [Comissão] Rubens Paiva foi uma referência muito importante para outras comissões da verdade que foram criadas em todo país. Como você explica esse processo ou essa onda de comissões da verdade que alcançou muitos estados e municípios no Brasil?

### **MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

O Brasil é muito grande. A Comissão Nacional tem uma abrangência muito pequena para o tamanho territorial e político do Brasil. O Brasil, territorial e politicamente é muito rico. Aqui, por exemplo, tem uma tendência x, e aí no Rio há uma tendência política x que é irmã dessa. Mas lá no Rio tem uma atuação e aqui tem outra. Assim como em Minas tem outra. E se você vai para o AMAZONAS, então, aí você vê outra tendência. É uma coisa impressionante. Quer dizer, é a mesma tendência, mas eles pensam do jeito deles lá, na região, eles discutem com as pessoas. E a Comissão Nacional não atendia a isso. Ela tinha que ter mais membros, tinha que ser regionalizada, tinha que ter uma outra estrutura e uma outra metodologia de funcionamento. Acho que a primeira causa dessa criação de várias comissões foi porque elas não se viram contempladas. Elas querem falar suas histórias, de suas regiões. A ditadura foi só em São Paulo e no Rio de Janeiro?! A ditadura foi no Brasil inteiro e todo mundo tem sua história para contar. É só se abrirem os ouvidos e deixá-los preparados para a escuta, que ela virá de tudo quanto é lugar. Eu acho que primeiro é isso. A Comissão Nacional não conseguiu atender de alguma forma às necessidades, eu diria históricas, das pessoas e dos grupos trabalharem e trazerem esta memória. É uma necessidade. Não tem como. Eu fiquei impressionada quando fui para a Comissão da Verdade. A quantidade de gente! Como é difícil trabalhar numa comissão da verdade! “Tá, nós vamos trabalhar com mortos e desaparecidos. Vamos pegar este material, estas audiências, vamos fazer um plano, chamar estas pessoas, depois escrever, chamar o pessoal da Comunicação para gravar, para colocar no Youtube.” E você pensa que é isso. E nesse meio tempo tem um monte de gente querendo fazer discussão em escolas. Quantas reuniões eu, Adriano e aquela turma da Comissão da Verdade fizemos com 500 alunos nessas escolas técnicas aqui em São Paulo. 500 alunos! Os professores os colocavam nos auditórios, e eles iam lá, faziam perguntas e montavam o *power point* deles sobre o que eles entenderam da comissão. Era outra geração com outro entendimento. Existe um interesse e a Comissão da Verdade não teve uma lei que respeitasse o interesse da sociedade brasileira em conhecer a sua própria história. Tem que divulgar e debater isso com as pessoas. Eu vejo um interesse enorme, muito forte e ainda hoje. Por isso acho que surge a

ideia de “vou fazer uma comissão da verdade disso e daquilo”. E quando eu vou à Comissão da Verdade [CNV], foge totalmente do que eu esperava ou do que eu penso de uma comissão da verdade. Tem gente que acha que é só ler documentos. Não é ouvir testemunhas. Principalmente as vítimas – já vi isso: vítima é vista como um problema. Cada uma vem aqui e conta uma história. Aí chama outro, que vem e conta outra história. Eu falei: “gente, mas mexer com ser humano é assim, é complexo”. Não dá para se eliminar os problemas eliminando as pessoas. E tem gente que criou a Comissão da Verdade [CNV] assim: é instituição, não é gente.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Entendi. Amelinha, e as outras comissões [da verdade] estão ligadas a movimentos?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Ou estão ligadas a movimentos ou QUEREM conhecer movimentos. Por exemplo, os jornalistas. Eles querem dar visibilidade à repressão aos jornalistas, querem dar a devida visibilidade que talvez nenhuma comissão da verdade deu. O papel dos jornalistas que trabalhavam sob censura e repressão, que não podia falar a palavra meningite, enfim, como eles atuaram. Aqui em São Paulo, por exemplo, o campo foi muito pouco trabalhado. Mas existia campo? Existia. Até porque o Brasil, em 1964, era majoritariamente rural. A ditadura é que muda, que cria essa urbanização desvairada. Isso é coisa da ditadura. Eles precisam desenvolver isso. A questão dos indígenas. A Comissão da Verdade aqui em São Paulo tem várias dívidas. Trabalhei nela, me esforcei muito, mas acho que está muito aquém do que devia fazer, sinceramente. Quando muita gente chegava aqui e falava: “mas que comissão é essa?!” Eu pensava: “nós estamos fritos!” Nós deixamos muito a desejar.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

E por que deixaram muito a desejar?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Porque nós não tínhamos uma infraestrutura adequada para o tamanho do estrago que a ditadura fez NESTE ESTADO. Primeiro, se fica muito mais voltado para a capital, que é mais fácil, mais perto, mais presente. Mesmo assim, por exemplo, o movimento negro, acho que ele não foi contemplado com a sua participação histórica. As próprias mulheres, o movimento de mulheres. E a gente se esforçou muito, mas acho que ficamos muito aquém. Os movimentos populares, não teve audiência DOS MOVIMENTOS POPULARES! Gente, e a derrubada da ditadura – se é que teve uma derrubada, teve uma trombadinha com a ditadura – os movimentos populares ajudaram muito a desmascarar os ditadores, a política econômica, a política social, aqui em São Paulo teve um papel enorme, como teve em outros lugares do Brasil, mas estou falando de São Paulo. E ficaram esses buracos: os indígenas, os camponeses, os negros, os gays eu já falei e mesmo as crianças que nós fizemos *A infância roubada*, não sei se você viu o livro.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Vi.

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

O livro é resultado das audiências. Nós não fizemos do JEITO que tinha que ser feito. Tem muito mais crianças, aqui, em São Paulo, que sofreram a repressão e não foram ouvidas nem mencionadas. Devia ter tido uma pesquisa e uma investigação maiores. Tinha que ter mais gente. Só conseguimos gente para trabalhar no finalzinho, em seis meses finais. Foi quando o Pedro Dallari foi e negociou: "manda aí gente do PNUD". Eles contrataram, o pessoal abriu um processo seletivo. Antes disso, tinha pessoal nenhum, não. Lá no Rio eu fiquei sabendo que tinha não sei quantos assessores. Aqui não. Era meia dúzia desvairada, ficávamos catando... Tem uma demanda e ninguém considera isso. Tinha que ter um canal de TV, assim como tem a TV Justiça devia ter tido a TV Verdade, mostrando "olha, a comissão está fazendo isso" para ir satisfazendo essa demanda. E como não tinha, as pessoas tinham de vir procurar: "olha, eu quero saber isso, aqui", "eu preciso disso", "ouvi falar desse negócio, quero denunciar", "eu quero dar meu depoimento". Tem gente que até hoje ficamos devendo depoimento, porque não sabíamos aonde íamos encaixar a pessoa dentro daquela estrutura e organização temática que a gente tinha. O teatro não foi tratado aqui. A censura. Foi falado da imprensa alternativa, da imprensa feministas, da imprensa democrática, mas não foi falado do papel da censura na chamada grande imprensa.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

E com essa escassez de pessoal e essa dificuldade toda, vocês tiveram fôlego para se aproximar das comissões que foram sendo criadas no estado [de São Paulo]?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Você não tinha tempo de se relacionar com as outras pessoas.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Então os contatos foram esporádicos?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Houve algumas reuniões nacionais, organizadas pela Comissão Nacional [CNV]. Um ou outro, muito pouco.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Mas a CNV se reunia com comissões estaduais, sobretudo, não?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

É. Com algumas, acho que até hoje estão perdidas. Às vezes eles chamam a gente para ir lá. Nós vamos para fazer discussão. Essas perguntas que você está fazendo o pessoal lá também faz: "como é que vocês estão fazendo aqui?", "como é que foi lá com vocês?" Ainda hoje tem essas pequenas comissões.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

E dessas comissões que você conhece, Amelinha, quais são as que te chamam atenção, que fazem um trabalho mais sistemático, mais organizado?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Olha, eu conheço muito pouco, para começar. Porque a gente não tem tempo de ir às comissões. Eles chamam a gente para discutir, mas não dá tempo. E não tenho infraestrutura e agora nós não temos nem financiamento de uma passagem nem de um deslocamento, digamos assim. É custo. Você não se desloca sem dinheiro. Se não [tem dinheiro], aonde você vai?! Eu desconheço muito esse trabalho, mas eu acho bonito alguns que eu vi. Por exemplo, o da Comissão da Verdade da UNIFESP. Fizeram um curso aberto para os alunos sobre o que é comissão da verdade, por que tratar dos temas. Eu acho que todas as universidades deviam fazer isso, ao menos as universidades. Nós fizemos. Eu, Adriano e a assessoria fizemos um curso desse tipo: o que é a comissão da verdade? Como funcionou? O que é a Lei de Anistia?

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Esse curso foi dado na universidade?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Não, nós demos na Escola do Parlamento. A gente fez a proposta e a Escola do Parlamento aceitou e adotou e nós fizemos. Pelo menos você tem um lugar e tem a TV web, que torna público isso. E as pessoas que estão em casa assistindo podem fazer perguntas e mandar para você. Isso é interessante. Agora, na UNIFESP, o pessoal da comissão da verdade fez um curso. Fez dentro da universidade, mas aberto para quem era de fora, desde que você fizesse a inscrição no site, para discutir as mesmas coisas. Porém, eu acho que faltou muito a discussão da participação dos médicos nas torturas, na repressão. E a UNIFESP desenvolveu mais isso. Foi interessante. Eu acho interessante lá em Santos, onde houve o navio Raul Soares como prisão. Foi interessante você ver as audiências onde os poucos sobreviventes do navio que sobraram – muito velhinhos – que foram lá dar depoimento. Eu achei isso bonito e muito importante. Eu vi procurador aqui do estado falando que: “não, esse Raul Soares não é nada disso que eles falaram.” Mas você conheceu? Você nem tinha nascido! Você estudou aonde? Você leu? Porque EU já tinha nascido no golpe! Já tinha nascido e já era militante. Eu sou velha, agora esse pessoal novinho ou vai estudar, ou vai ouvir... Não! Mas eles vêm com toda autoridade para desmerecer a indenização que algum velhinho está pleiteando [na Comissão de Anistia]. Algum velhinho que ficou preso no Raul Soares. E tem até um professor da USP que ficou preso lá. Ele escreveu um livro<sup>vi</sup>. Acho que é Contos subversivos. Aquele Hidelbrando. Não sei se você já ouviu falar neste homem. Ele já morreu. Morreu recentemente. Morreu velhinho. Ele conta que ficou preso no Raul Soares. A Comissão da Verdade trabalhou o tempo todo com memórias fragmentadas, dispersas. Era uma coisa terrível. Um lembra duma coisa, outro lembra de outra. E os documentos são muito poucos e não contam essa história. O documento geralmente é escrito pela polícia. Das pessoas que passaram por ali são poucas as que escreveram. Muito poucas. Acho interessante aquilo que fizeram na trilha do Lamarca, na guerrilha lá no Vale do Ribeira, que a comissão foi fazer a trilha junto com a população.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Você sabe qual comissão que fez isso?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Não sei se foi a de Bauru, mas a Comissão da verdade daqui foi também. Foram várias comissões. Cada uma fez a história da guerrilha, a trilha do Lamarca. Foi um negócio bonito. É um negócio bonito!

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

As comissões, não só a Rubens Paiva, costumam usar três palavras-chave: verdade, memória e justiça. Você pode falar sobre como compreende cada um desses conceitos?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Nossa, difícil! Eu acho que a verdade é o relato do fato e o esclarecimento das circunstâncias de como o fato ocorreu e quem foram seus responsáveis durante a ditadura militar. Essa é a verdade que eu busco. Eu busco principalmente isso: sou mais voltada para os mortos e desaparecidos políticos. Mais para as mulheres também, para as crianças. Porque eu tenho a minha história. Então, eu pretendo buscar isso. Verdade para mim é isso. Estou aqui pensando se falta alguma coisa importante. Quanto à questão da justiça, eu penso que é apurar esses fatos, inclusive judicialmente, com a punição dos torturadores. Justiça é isso. Quando a gente fala em justiça na comissão da verdade quer dizer que a comissão tem que encaminhar para o Judiciário. Ela pode não julgar. Quem vai fazer o fato encaminhado pela comissão passar pelo devido processo legal é o Judiciário, que comanda esse processo. Mas a comissão tem que estar comprometida com isso, porque tem denúncias gravíssimas que não podem ficar numa gaveta do Arquivo Nacional, não.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

E você entende verdade como uma forma de justiça?

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Eu acho que todas as vezes em que você fala a verdade, em que você traz o fato e as pessoas envolvidas, não só as pessoas autoras, mas as vítimas, você está fazendo um pouco de justiça. Tem uma justiça ali. Até grande. Eu vi muita gente se sentindo satisfeita na sua demanda só por ter falado. Eu vi o depoimento da Eugenia Zerbini, eu vi que ela estava muito tensa, que ela falava muito rapidamente porque falando devagar era como ter que viver tudo de novo. Ela falava no depoimento: "eu sou filha de general". E como filha de general ela foi educada para se comportar de tal forma. E ela então como filha de general ela estava prestando contas naquela comissão. Ela foi estuprada pelo torturador lá dentro do DOI-CODI aqui de São Paulo. E ela tinha dezesseis anos na época. E quando ela terminou o depoimento, eu fui correndo dar um abraço nela, porque achei que ela estava muito tensa, muito parada. Como é que ela conta tudo isso e fica assim?! Aí ela desabou: "mas eu precisava dar esse depoimento". Ou seja, é uma forma de justiça, porque atende a uma necessidade sua de falar desse drama que você guarda há mais de quarenta anos, no caso dela. Ela falou depois de quarenta e três anos pela primeira vez. Eu acho que é justiça. As coisas se relacionam dialeticamente: memória, verdade e justiça. Elas estão interligadas. Eu estou fazendo uma síntese. Justiça é punição. Tem a reparação. Eles são tão sem vergonha que eles preferem pagar do que trazer a verdade e apurar os crimes. Eu acho que a justiça tem que apurar os crimes. Porque o Brasil dá

indenização, mas não apura os crimes. Devia primeiro apurá-los e DEPOIS dar a indenização. É a lógica do meu raciocínio. A memória é importante você preservar espaços e fatos. Isso é um acontecido que acometeu pessoas como nós. Então, temos que preservar. Seja num espaço físico, seja num espaço cultural, num espaço mais afetivo. A memória é o pilar da verdade e da justiça. Não se pode fazer a verdade sem a memória. Nem pode fazer a justiça sem a memória também. Acho que essas três palavras têm significados muito profundos e políticos. Você está construindo essa história. Talvez a gente nunca veja no Brasil a justiça – eu acho MUITO DIFÍCIL. Mas nós estamos criando memória com a verdade para num futuro ter pelo menos uma justiça simbólica, que a sociedade entenda que houve tudo isso, que teve pessoas e grupos que lutaram contra isso. Teve muito massacre. Para que as pessoas entendam a sua própria história e veja surgir o desejo de: “vamos fazer justiça”, a partir de agora. Que é o que falta muito. Aqui em São Paulo, muito perto de onde nós estamos, na Paulista, foi palco de manifestação de torturador pedindo a intervenção militar. Quer dizer eles se sentiram à vontade, depois de funcionar a Comissão da Verdade com TODA a garra que funcionou e eles se sentiram à vontade para vir desafiar e dizer: “nós queremos a intervenção militar!” E o interventor falou assim: “pena que eu não matei todos. Lamento não ter matado todos!” Todos que passaram pela mão dele. Eu vejo mais ou menos isso.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Está ótimo, Amelinha. Muito obrigada pela entrevista.

**MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:**

Espero que você tenha aproveitado.

(Entrevista publicada em 2019)

**Cite esta entrevista**

TELES, Maria, 2019. Entrevista com Maria Amélia de Almeida Teles, conduzida por Cristina Buarque de Hollanda. **Revista Estudos Políticos**: a publicação semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF).Rio de Janeiro, Vol.10 |N.2, pp. 5-47, dezembro de 2019.

**Notas**

1. LOBO, Beth. Crise de dominação e ditadura militar no Brasil, tese defendida em 1979 na Universidade de Paris VIII.
2. Referência ao primeiro artigo da Lei no. 6.683, de 28 de agosto de 1979, em que consta que “é concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram

- crimes políticos ou conexo com estes”.
3. Referência às conferências de preparação para a XI Conferência Nacional de Direitos Humanos, que produziu insumo para confecção do III Plano Nacional de Direitos Humanos.
  4. SEGATO, Rita. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. *Revista Sociedade e Estado*, volume 29, número 2, Brasília, mai/ago 2014.
  5. São Paulo (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. *Infância roubada. Crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil*. São Paulo: ALESP, 2014.
  6. SILVA, Luiz Hilderbrando Pereira da. *Crônicas subversivas de um cientista*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2012.